

SESSÃO ORDINARIA DE 25 DE ABRIL DE 2014

ACTA N.º 2/2014

(CONTÉM 57 PÁGINAS)

Por convocatória da Presidente da Assembleia Municipal, datada de 11 de abril de 2014, reuniu a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, no Mini Auditório, pelas 09.30 horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Informações;
2. Período antes da Ordem do Dia;
3. Aprovação da ata da sessão de 14 de fevereiro de 2014;
4. Tomada de posição em Defesa da Saúde no Concelho de Miranda do Douro;
5. Aprovação da Moção – Pela Manutenção do Laboratório de Apoio à Atividade Agropecuária de Mirandela;
6. Aprovação da Moção – Contra o Encerramento da Escola de Palaçoulo;
7. Aprovação da Moção – Encerramento Encapotado do Tribunal de Miranda do Douro;
8. Proposta de Alteração de Taxas do Canil Intermunicipal;
9. Relatório Anual de Atividades 2013 da CPCJ;
10. Plano de Atividades para 2014 da CPCJ para aprovação;
11. 1ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa;
12. Relatório e Contas de 2013 da Câmara Municipal de Miranda do Douro;
13. Relatório e Contas de 2013 da Miranda Cultural e Rural, E.M.;
14. Consolidação de Contas do ano de 2013 do Município de Miranda do Douro e da Miranda Cultural e Rural, E.M.;
15. Proposta de alteração e adaptação dos estatutos da Empresa Municipal Miranda Cultural e Rural, E.M.;
16. Apreciação da Informação a prestar pelo Sr. Presidente da Câmara;

Verificou-se a ausência da deputada Carla Sandra de Almeida Vaz Rodrigues.-----

Sessão de 25 de abril de 2014

Estiveram presentes os seguintes membros: Jacinta de Jesus Borrecho Raposo Fernandes, António Augusto Castro Carção, Carlos do Nascimento Ferreira, Ivete Maria Martins, Antero Correia Besteiros, Alberto Afonso Martins, Maria Virgínia Lopes Preto, Mário da Conceição Bartolomeu Torrão, Jacinto dos Santos Afonso, Hermínia Delgado Fernandes, Ivo Manuel Raposo Mendes, Sérgio Filipe Miranda João, Valdemar da Assunção Gonçalves, André Filipe João Pires, Carlos Eduardo Córdova Pera, José Marcelino Antão, Esmeraldino Adérito Raposo Fernandes, António Rodrigues Barbosa, Manuel Guerra Gonçalves, Gonçalo José Peres Santos, Ezequiel dos Ramos Raposo, Norberto Fernando Ferreira, Francisco Cândido Preto, Orlando Seixas Vaqueiro, José Luís Almendra, Alfredo José Garcia Cameirão e Adérito dos Santos Martins. -----

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Artur Manuel Rodrigues Nunes, estiveram presentes os Vereadores Ilídio Maria Rodrigues, Anabela Piedade Afonso Torrão e António Nuno Marcos Rodrigues. -----

Registando-se quórum, a Presidente da Mesa, Jacinta Raposo Fernandes, declarou aberta a sessão eram nove horas e quarenta e cinco minutos.-----

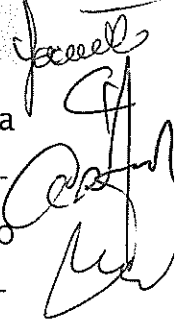
1. INFORMAÇÕES; -----

A Presidente da Mesa, começou por informar sobre o início da gravação das atas, a começar no dia de hoje. Falou de seguida de um documento enviado à Assembleia Municipal bem como ao Executivo, relativamente ao Apelo em Defesa da Escola Pública, proveniente de organizações e instituições informando da existência de cópia disponível na mesa de apoio, para quem quiser consultar e subscrever, passando a mesma por todos os membros que entenderem fazer-lo, a fim de ser enviado para a entidade competente -----

2. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA;

A Presidente da Mesa evidenciou a comemoração do 25 de abril com o seguinte documento, que passou a ler: -----

“Exmo. Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Secretários, Secretária Lina, Caros munícipes: -----



Há uma semana celebramos a Páscoa que segundo a liturgia é a passagem da escravidão para a liberdade. -----

HOJE COMEMORAMOS O 25 DE ABRIL QUE TAL COMO A PASCOA ASSINALA A PASSAGEM DO FASCISMO À LIBERDADE E À DEMOCRACIA. -----

Celebramos hoje aqui os 40 anos do 25 de Abril no pluralismo desta Assembleia Municipal, onde os diferentes partidos em liberdade devem exprimir diferentes posições e opiniões. -----

Comemorar o 25 de Abril é lembrar e defender as conquistas de Abril e lutar pela esperança e impedir que se destrua o espírito de abril que se iniciou em 1974. -----

Celebramos esta data com as novas gerações, os quais têm uma visão própria, mas bem diferente dos que assistiram e participaram na revolução dos Cravos. -----

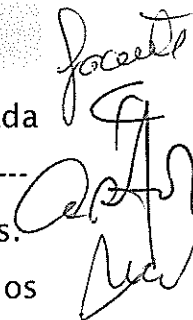
Neste dia comemoramos 40 anos de democracia, situação que permitiu que alguns de vós aqui presentes pudessem nascer e crescer em liberdade, mas é preciso não esquecer que a nossa liberdade termina onde começa a dos outros. -----

Permitam-me aqui citar Gabriel Garcia Marques, falecido há poucos dias, que em visita a Portugal em 1975, referia a propósito da nossa revolução e da alegria do osso povo: - Os portugueses ficaram tão contentes com a liberdade que deixaram até de respeitar os semáforos. -----

O nosso entusiasmo na governação do Pais ou Autarquia não pode deixar de respeitar a democracia. Não podemos esquecer que em democracia também os semáforos têm de ser respeitados, e os semáforos pudemos ser cada um de nós. -----

Ser democrático não é decidir sozinho sem ouvir os parceiros, é defender as conquistas de abril, que não podem ser destruídas ou desvirtuadas, é lutar para reconquistar o que se tem vindo a perder, ao longo destes 40 anos. -----

Foram várias as transformações a nível da politica, da economia e da sociedade, e hoje tal como no passado, os trabalhadores estão a ser sacrificados, os mais jovens a serem empurrados para a emigração à procura



de melhores condições de vida, e os reformados a verem as suas reformas cada vez mais magras. -----

Não pudemos aceitar que nos retirem direitos arduamente conquistados.

É imperioso pensar que há outros caminhos e outras soluções que nos conduzam a lutar pela esperança. Temos de acreditar num futuro melhor, não cairmos no desânimo e lutar pela esperança. As dificuldades devem ser usadas para crescer e não para nos desencorajar. -----

Temos de ser críticos de nós próprios, ter esperança no futuro e saber para onde queremos ir. -----

Esta Assembleia é o local do debate e reflexão, apresentação de propostas, local para crítica, mas também para enaltecer aquilo que tem sido feito. -----

Antes de terminar gostaria de fazer aqui uma referência à marcação desta AM para esta data, a qual suscitou críticas. -----

Julgo sinceramente que esta data não é para esquecer, mas para reacender o espírito de Abril, e na conjuntura atual duas AM no mesmo mês seriam despropositadas. -----

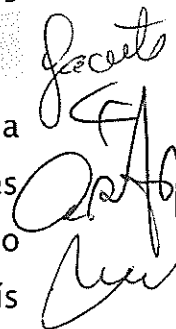
Termino dizendo: Comemorar hoje o 25 de Abril é lutar pela esperança, um direito que nos querem tirar. -----

Acreditar no futuro é olhar para as dificuldades não como obstáculos intransponíveis, mas como barreiras a superar com o engenho e arte que nos tem caracterizado ao longo da história. -----

VIVA O 25 DE ABRIL. VIVA MIRANDA DO DOURO". -----

Carlos Ferreira: Fazendo a sua intervenção em Mirandês, disse: Não há nada que se possa igualar à liberdade, a liberdade é o fundamento de todos os direitos, de todos os deveres de toda a razão de existir. Se não houver liberdade não há vida. Se não houver vida, estamos mortos. -----

Há 40 anos deu-se a revolução do 25 de abril, e com ela mudaram os processos, novas possibilidades. Assentou em duas gerações, uma anterior que foi capaz de conspirar, capaz de se revoltar, foi capaz de exercer uma crítica em relação à sociedade em que estava a viver, e outra geração que foi capaz de



integrar essa revolução e concretizar os objetivos que a mesma impôs. Numa democracia é preciso construir para poder usufruir, só passamos nas pontes que construímos, se o fizermos, passamos nelas, se não, ficamos do outro lado do rio. O 25 de abril ainda é uma revolução fresca na nossa cabeça. Este país antes do 25 de abril era um país pobre, hoje somos um país que está na cabeça dos países mais ricos, somos das democracias mais consolidadas. -----

Não há comparação do antes e do depois do 25 de abril, em todos os aspetos. Há que dar os parabéns à geração que fez a revolução e à seguinte que deu substancia a esta revolução. -----

Porque hoje estamos a passar tempos complicados, o Grupo do Partido Socialista desta Assembleia quer propor uma manifestação no dia 18 de maio pelas 16 horas, para manifestar o seu descontentamento pelo encerramento de serviços no Conselho de Miranda do Douro, e não só, também do interior. -----

Por último, quero fazer aqui um apontamento que é uma espécie de 25 de abril à nossa cultura, à nossa língua. Esta viveu um tempo novo graças à democracia, mostrando aqui o meu contentamento pelo empenho da Câmara em relação à língua mirandesa. Tem hoje nova importância. Há uma forte presença do Mirandês na página da Câmara e no Facebook. O êxito que tem tido o concurso “fai-me um laique”. Isto é extremamente importante para o Mirandês, é uma promessa de liberdade, é uma promessa de vida e uma promessa de institucionalização, aquilo que nunca tinha sido feito até agora. ---

Queria deixar aqui uma data, onde a Associação de Língua Mirandesa se irá transformar em Associação de Língua e Cultura Mirandesa, será no dia 17 de maio próximo, no Centro de Musica Tradicional em Sendim. Convoco a todos para estarem presentes. Acredito que o Mirandês antes desta data foi um, depois desta data, será outro. -----

Viva a Liberdade, Viva Miranda, Viva o 25 de abril. -----

O 2º Secretário **Antero Besteiros** entregou o seguinte documento à Mesa:

“Miranda do Douro nos meses de fevereiro e abril foi invadida por turistas nacionais e espanhóis. No mês de fevereiro e nos dias 15, 16 e 17 com a realização da Feira dos Sabores Mirandeses e outros eventos, como sejam, a

realização das montarias do encontro cinegético, o Raid TT e passeio BTT, o comércio e a restauração em Miranda obtiveram boas receitas. Boas receitas e bons negócios obtiveram também os expositores nos seus stands da Feira dos Sabores. Resta-me na qualidade de deputado municipal aplaudir a realização destes eventos por parte do Município e Associações aderentes nomeadamente a Associação Comercial e Industrial de Miranda do Douro, Associações de Caça, L`Crenque, Associação Sabores de Miranda, e Todo Terreno de Miranda. -----

No mês de abril, mais propriamente no dia 18 e sexta-feira santa da Quaresma, no Jardim do Paço, e com uma noite espetacular – quente, realizou-se o Auto da Paixão, com a morte de cristo crucificado. -----

Cumprimentar todos os figurantes que não foram poucos, que tão bem representaram ou realizaram os seus papéis. Mas no meio de todos eles, sobressaiu com destaque o figurante Diogo Monteiro que desempenhou o papel de Cristo crucificado. Parabéns ao ator, parabéns ao ensaiador, parabéns à associação Mirandanças. Penso que esta iniciativa da Semana Santa, deve continuar e se possível em melhor local, já que ali a visibilidade dos figurantes muitas vezes era precária. Contudo, muita gente houve a assistir à peça, tanto nacionais como estrangeiros. -----

Nos dias 17, 18 e 19 de abril e pela 1ª vez em Miranda, realizou-se a 1ª Festa da Bola Doce. Esta feira foi bem pensada, porque se realizou na Semana Santa, junto à Páscoa. Teve muitos visitantes, como espanhóis e nacionais. Espanhóis que gostam de visitar Miranda especialmente na Semana Santa e os nacionais que vieram do litoral até à sua terra Natal para passarem em família a Páscoa. Por tal motivo, o Pavilhão encheu-se de gente nos três dias e os expositores afirmaram de contentes que por ser o 1º ano da sua realização, o volume de negócios não tinha sido nada mau. Escusado será dizer que com isto tudo também beneficiou a hotelaria e a restauração. Os restaurantes estavam cheios e os cafés a venderem bem por não caberem nos restaurantes. Parabéns a quem deu a cara nesta realização da Feira. Como sempre a Câmara Municipal". -----



António Carção disse: Neste ponto irei introduzir 3 pequenos pontos, o 1º em meu nome pessoal e nome do grupo parlamentar do PSD, quero deixar aqui um voto de condolências às famílias dos três funcionários que nos deixaram em situações muito trágicas e devido à sua idade, saudades ao Pinto, ao Orlando e ao Eusébio. -----

O ponto nº 2 é saudar o 25 de abril, a liberdade e o reforço do poder local. E aqui vou deixar o meu desagrado da marcação desta Assembleia para o dia 25 de abril. Estas comemorações são dos 40 anos, são muito importantes e a data também o é. Discordo, e ainda mais, considero de mau gosto, tomar esta decisão, devia ser numa conferência de líderes e todos serem ouvidos. É assim que se valoriza a democracia e o 25 de abril. Eu teria até proposto, como aconteceu com as comemorações dos 25 anos do 25 de abril, uma reunião ordinária para a discussão de toda a dinâmica da Câmara Municipal, e no dia 25 de abril uma sessão comemorativa com todas as forças políticas que concorreram à Câmara inclusive o grupo de independentes de Picote, Associações, Forças Militares e Religiosas. Aí seria por convite, só vinha quem queria. Não havia senhas de presença, não havia despesas para a Câmara, esta, oferecia um cravo como fez hoje. O 25 de Abril é uma data para fazermos uma grande festa, uma grande união. É de todos, é uma data comemorativa como acontece hoje em mais de 95 Municípios Portugueses. Eu compartilho os valores do 25 de abril, 25 de abril sempre. -----

O 3º ponto, na comunicação social, e não só, é uma constatação de vários edifícios públicos estarem cobertos de amianto, é uma questão de saúde pública, todos estamos envolvidos nesta dinâmica. O Governo que trate dos do Governo, os das autarquias que sejam as próprias. Nós temos uma Escola neste concelho, onde funciona o 1º ciclo. Sugere que façam a sua remoção no período de férias dos alunos. -----

José Almendra: Não era para intervir, mas acho que é importante que o faça. Porque sendo hoje a data de comemoração dos 40 anos do 25 de abril, tenho a obrigação de falar aqui que o 25 de abril fez-se em 1º lugar para haver liberdade e a maior conquista do 25 de abril, foi a instituição do poder local e

eu fui um dos primeiros eleitos no concelho de Miranda do Douro e na 1ª Assembleia Municipal, eu estava aqui, como hoje, há 40 anos, como Presidente de uma Junta de Freguesia. E, a 1ª vez, fui eleito pelo Partido Socialista. Sendim esteve representado sempre antes de 1974, em preparação do 25 de abril. Numa reunião que fizemos em 1973 já ali foi discutido o Estado Social. Não admito que se diga que as pessoas estão contra o estado social. -----

Queria aqui também, deixar a minha satisfação, um voto de homenagem a todos os que estiveram na 1ª Assembleia Municipal e congratular-me também por não ter sido só por nós, mas também pelas gerações futuras. Uma das pessoas com quem trabalhei nessa altura foi com o pai do agora Presidente da Câmara e que não há melhor alegria do que ver os nossos filhos continuarem a fazer parte da liberdade e do poder local. Quero ainda dizer que quando se fez o 25 de abril foi também pela saúde, para haver melhor educação e ação social, uma ação social para que integrasse todas as pessoas. O 25 de abril não foi feito contra ninguém, o 25 de abril foi para incluir as pessoas, não foi para as dividir. -----

Referiu também: hoje temos um conceito de cultura que promove o turismo para trazer pessoas, não para trazer riqueza, não para participarem connosco, mas para virem comer muitas vezes à nossa custa. O que temos de fazer é apoiar os que se querem fixar cá e no desenvolvimento do concelho. ----

Para terminar, fala-se na corrupção para roubar, meter dinheiro ao bolso, eu não acredito que juntas ou camara andem a roubar e a meter dinheiro ao bolso. A corrupção está noutro nível, é no favorecimento, no politicamente correto, em que nós temos medo de assumir determinadas coisas, porque temos medo dos votos, esse é o principal mal da corrupção. Eu queria deixar aqui um apelo, vamos dar uma direção certa ao 25 de abril, que não seja uma atuação por vingança nem contra ninguém, por nós somos todos filhos desta terra, nós devemos fazer daqui para o futuro um trabalho de inclusão de entreajuda para o concelho, não estarmos sempre com o problema de desconfiança entre todos. Deixo aqui o apelo para darmos as mãos e trabalharmos juntos para o bem do concelho. Viva o 25 de abril!" -----

O deputado **Alberto Martins**: Eu sou de uma geração mais jovem, no entanto, congratulo-me com abril e agradeço a todos aqueles que contribuíram para que hoje possamos estar aqui em liberdade e livremente possamos expressar também as nossas ideias. -----

Entregou, após a sua leitura, o seguinte documento à Mesa: "Apelo ao Executivo para que sejam efetuadas diligências junto das entidades competentes para a colocação de sinalização da localidade de Palaçoulo, na saída, do nó do IC5, de Duas Igrejas. Este apelo fundamenta-se nos inúmeros casos de visitantes que revelam enorme apreensão quando informados da existência deste percurso mais curto que não se encontra sinalizado."-----

Penso que perde também a localidade de Palaçoulo, damos má imagem a quem nos visita, porque os deixamos claramente confusos. -----

Gonçalo Santos: Congratulo-me como já foi dito pelos 40 anos de democracia. -----

Mudando de tema, questionou o executivo sobre os transportes públicos que fazem o transporte de crianças. - São efetuados sem cinto de segurança e sem acompanhantes. Nós assistimos a tragédias nacionais quase diariamente, com a morte de estudantes. Para que isto não aconteça, eu gostaria que fosse tomada uma posição. Sei que me vão falar de legislação, mas eu, única e simplesmente estou a falar de segurança. -----

O ponto seguinte é relativo à recolha de lixo, Sr. Secretário Eng^o Besteiros, vou ter a honra de o convidar a ir novamente caçar na reserva de caça de Picote para assim conseguirmos acertar os dois a retirada do lixo. -----

Outro assunto, é a localização do Ecoponto, em frente à igreja, Picote é uma aldeia turística e dá uma má imagem para a aldeia. -----

Por último, quero convidar todos os presentes para a inauguração da Casa do Povo da Junta de Freguesia de Picote, no dia 6 de junho, pelas 19 horas. Gostaria que todos estivessem presentes. -----

Mário Torrão: A propósito do que aqui foi referido sobre a conjuntura democrática atual e da que lhe deu origem, nomeadamente os capitães de

abril, só gostaria de deixar uma breve questão para reflexão, que é a seguinte: Ideologia democrática, espírito democrático; que crédito democrático se pode reconhecer a alguém que sucessivamente vem à praça pública desdobrando-se em fóruns, manifestações, manifestos e outros eventos exigindo a demissão de um órgão democraticamente eleito, dentro do período para o qual foi eleito. Factos estes que vimos assistindo frequentemente. Os resultados eleitorais devem ser respeitados. Ser democrático não basta dizer que se é, tem que se provar no dia-a-dia. -----

Quanto à língua mirandesa, permito-me discordar de certa forma com a ideia apresentada, de que o 25 de abril terá dado mais vida à língua mirandesa, eu creio que a língua por força das circunstâncias, viveu melhores dias e com mais qualidade antes do 25 de abril. -----

O Presidente da Junta **Norberto Ferreira** entregou o seguinte documento à Mesa: -----

“Comungo com tudo o que foi dito sobre o 25 de abril, mas a minha intervenção vai no sentido de alertar o executivo para alguns problemas existentes na minha aldeia de São Martinho, e que muito me preocupam, começando pelos saneamentos. Se inicialmente diziam que corriam de baixo para cima, agora fazem repuxos, obrigando a saltar as tampas das sargetas, em frente às casas de habitação e em algumas hortas. Para mim o sistema de funcionamento da Etar, devia ser vistoriado regularmente, para evitar tanta reclamação. A Etar não funciona e os detritos saem diretamente para o rio, junto à casa do Sr. Benjamim. -----

Relativamente a arruamentos e arranjos urbanísticos, as ruas estão a ficar muito degradadas, podendo mesmo originar acidentes, com responsabilidade da autarquia. Eu sugeria ao Sr. Presidente, que vá ou mande verificar o estado das ruas, para se inteirar da urgência da reparação das mesmas, antes que provoquem algum acidente ou dano aos veículos ou pessoas que por lá passam. Em relação ao arranjo urbanístico do monumento do Mineiro, pergunto ao Sr. Presidente, se tenciona ou não ajudar nesse arranjo, já que gostaria que fossem efetuados os trabalhos brevemente. -----

Quanto à limpeza e corte de choupos, a intenção que anteriormente tinha o executivo em efetuar estes trabalhos ainda se mantém ou foi abandonada? Se o executivo, na pessoa do Sr. Presidente, ainda mantém essa intenção. Para quando prevê o seu início, já que havia autorização da entidade que superintende nesta área, ou seja, da ARHNorte. De acordo com a sua resposta, irei informar as pessoas, que frequentemente me perguntam como está este assunto. A este respeito, reporto-me a um ofício recebido dias atrás, da mesma entidade ARHNorte, relacionado com uma reclamação, da necessidade da limpeza das margens e do leito do rio. Segundo as normas para a limpeza de cursos de água, compete ao Município a limpeza do leito do rio em aglomerado urbano, cabendo aos proprietários a limpeza das margens. Neste sentido, apelo à colaboração da Câmara, para a resolução deste problema. -----

Por último, sobre o Posto médico, queria lembrar a reportagem televisiva, relativa aos postos médicos de Sendim e Palaçoulo, nada dizendo em relação ao posto médico de São Martinho.-----

O Posto médico de São Martinho, tem excelentes condições a nível de instalações e informática, fruto do investimento que a freguesia tem feito, tendo ainda sido ampliada a linha da rede informática na quarta-feira passada.

O Posto médico de São Martinho serve as povoações de Cicouro, São Martinho e Especiosa, num total de 260 utentes, onde se incluem cerca de 30 utentes do Lar de idosos, que necessitam de assistência médica diária. -----

Ora estes assuntos, a meu ver, deviam ser assumidos e liderados pelo Executivo Camarário, sem discriminar esta ou aquela localidade, pois está em causa o direito à saúde a que todos devíamos ter acesso. -----

Por isto, pergunto ao Sr. Presidente, qual o conhecimento que tem sobre a saúde, no concelho de Miranda do Douro e se sabe algo em relação ao posto de São Martinho”. -----

Orlando Vaqueiro: Sra. Presidente, queria antes de mais felicita-la pela brilhante intervenção que teve sobre o 25 de abril. As mesmas felicitações não lhe posso dar, por V.Exa. ter marcado, concordado ou acedido à marcação desta reunião com esta agenda de trabalhos para o dia de hoje, permita-me que

discorde profundamente. É evidente que esta Assembleia Municipal tal como a Câmara Municipal e restantes do país só existem, nos moldes em que existem. Esta Assembleia é maioritariamente socialista, e, indubitavelmente os ideais do socialismo foram os mesmos que presidiram os ideais de abril. -----

Quanto ao 25 de abril, tenho boa memória da época, colaborei com o MFA a colar cartazes e recorde-me das primeiras eleições livres da minha aldeia. Gostava de deixar aqui uma proposta para que se fizesse uma recolha de fotografias, dos primeiros homens que fizeram parte da assembleia pós 25 de Abril, tentar fazer um quadro e assim ficar para a História do Município. O 25 de abril será sempre um marco histórico na História de Portugal e do mundo. Dizia anteontem Vasco Lourenço, - foi o maior ato cometido pelo exército português. E acrescentou, eu já escrevi um livro, já fiz um filho, já plantei uma árvore, mas nada disso me deu mais prazer do que ter sido o mentor do 25 de abril. Palavras de Vasco Lourenço, um dos capitães de abril. ---

Com o 25 de abril houve uma mudança de paradigma, não só a nível da liberdade, mas de outros valores da democracia, como a igualdade e a diferenciação positiva. Foi uma revolução geracional e não militar. Tem-nos vindo a dar provas em como os políticos e os executivos atuais estão em completo desacordo com os ideais de abril, infelizmente não fossem os ideais de abril e não seriam eles políticos e executivos. Abril tentou aproximar as populações do estado, abril tentou dar às pessoas os bens públicos, ultimamente assistimos a um espólio, uma expropriação quase indireta daquilo que é privado, para o por ao serviço de uns interesses corporativos. Assistimos a um afastamento dos bens públicos das pessoas. Os 40 anos de abril, apesar de ser uma jovem democracia, é uma democracia ainda muito imatura, tal como a imaturidade de alguns políticos que atualmente a representam. Nós temos a obrigação de continuar os verdadeiros ideais de abril, e não os ideais daqueles que apregoam a democracia. Gostaria de terminar a minha intervenção com um verso de um poeta popular, que no meu entender elucida bem o que está mal, era António Aleixo que dizia: "entre grandes e pequenos seríamos quase todos iguais, se a uns dessem um pouco menos e a outros um pouco mais. Obrigado". -----

Presidente da Mesa: Muito obrigada Sr. Presidente da Junta, peço desculpa, mas vou responder a algumas das suas palavras. Eu quando foi o 25 de abril, tinha eu 35 anos, e muito antes disso, trabalhei muito para a conquista de abril, e sinto-me agora mais oprimida, do que nesses tempos. -----

Alfredo Cameirão: Eu também queria juntar a minha voz ao que aqui já foi dito. -----

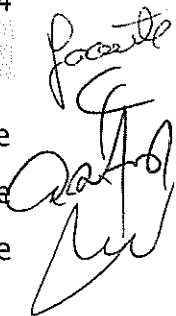
Quero lembrar o que era antes e o depois do 25 de abril. Em termos de educação, antes do 25 de abril havia 100 escolas, hoje há 1000. Antes estavam inscritos 40.000 alunos, hoje mais de 1.500.000 alunos. A escolaridade obrigatória era de 4 anos, hoje são 12 anos. Ao pré-escolar, era oferecido a uma minoria de 8% dos meninos portugueses, hoje 80% das crianças portuguesas têm acesso ao ensino pré-escolar. O nível de escolaridade dos jovens de 17 anos era de 28%, hoje 80% dos jovens que têm 17 anos, têm a escolaridade base. A Universidade era frequentada por uma elite de portugueses que tinham acesso à universidade, frequentam a universidade portuguesas 370.000 portugueses, sendo que mais de metade são mulheres.----

Quando ouço dizer que antes é que havia rigor, que era preciso outro Salazar, apetece-me vestir a pele de um alentejano comunista que dizia, - Fascismo nunca mais. -----

Ezequiel Raposo: Também não queria deixar passar esta data sem dizer umas palavras. Como referiu o deputado Besteiros, também eu fui um militar de abril, e concordo com o que disse. Só não concordo com o que referiu sobre o passeio TT na Feira dos Sabores, de facto trouxe muitas coisas boas para Miranda, mas para a minha freguesia, só trouxe destruição dos caminhos. -----

Manuel Gonçalves: Quero agradecer as palavras do meu conterrâneo Alberto Martins, por falar naquilo que já varias vezes foi pedido, são as placas de sinalização com a indicação de Palaçoulo na IC5. Quero deixar aqui também um apelo à Câmara Municipal para que diligencie nesse sentido junto das entidades competentes. -----

Relativamente ao que foi exibido pela comunicação social sobre a falta de médico em Palaçoulo e Sendim, quero dizer que não foi a Câmara que interferiu. Alias, nos dois meses que Palaçoulo esteve sem médico, a junta de freguesia também não foi tida nem achada. -----



Carlos Ferreira: (Falando em Mirandês) Eu só queria dar uma pequena resposta ao deputado Torrão, é mentira o que disse em relação ao que eu disse. O seu pensamento tem tendência algo fascista, e digo-o claramente. O 25 de abril é igual a libertação, é igual a liberdade e nunca antes do 25 de abril o Mirandês teve liberdade. E o Sr. Deputado Torrão é do tempo em que se quisesse falar o Mirandês nos intervalos da escola era complicado. E nunca no estado novo o mirandês foi equiparado a língua, era um português mal falado, só foi possível com a democracia a Lei 7/99 de 29 de janeiro. Eu sei que hoje fala-se menos Mirandês, mas é sobretudo uma questão demográfica, porque em 1960, havia no Conselho de Miranda cerca de 14.000 habitantes, hoje há um pouco mais de 5.000. Antes havia cerca de 80% de pessoas com menos de 30 anos, hoje é o inverso, mais de 80% das pessoas têm mais de 30 anos. O Mirandês não era escolarizado. E assim estamos a falar de libertação de liberdade, de qualidade. Antes do 25 de abril nada disto acontecia, isto sim, temos que valorizar. Só queria esclarecer este ponto. -----

Mário Torrão: Eu nada falei sobre a liberdade, o que eu penso, e continuo a pensar, é que antes do 25 de abril se falava mais mirandês no concelho, sem ainda ser língua. -----

Presidente da Câmara, falando também das suas memórias do 25 de abril, do dia da revolução disse: Hoje comemoram-se os 40 anos do 25 de abril. Agradeço desde já a menção do nome do meu pai como um dos grandes defensores do 25 de abril. -----

Ficaram as memórias da constituição dos partidos políticos, que foi muito simples na altura, gente com muito dinheiro que ficou à direita e gente com algumas condições que ficou à esquerda. Esta foi a constituição, em 1974, dos

partidos, também no nosso concelho. Instalou-se uma confusão, muitas vezes as pessoas não sabiam as virtudes de se estar à esquerda ou de estar à direita. Mas foram de facto os partidos da esquerda que revolucionaram abril, foram eles que criaram esta dinâmica de defesa da liberdade, e são esses mesmos militares que estão hoje ausentes das comemorações dos 40 anos do 25 de abril, da Assembleia da República. -----

Marcou-se esta Assembleia para este dia, pois foi falado também em reunião de Câmara, e fazer uma manifestação à tarde, para ir contra o que nos estão a fazer, contra a autonomia do poder local, contra o encerramento da escola pública, contra a privatização dos cuidados de saúde. Esta é a nossa grande preocupação de democracia para os próximos anos. Embora uma jovem democracia, deve ser defendida trabalhada e discutida entre todos e para todos de igual forma. Somos contra uma justiça, uma educação, uma saúde para ricos e outra para pobres. O interior do país está a ser dizimado. É esta manifestação que vamos fazer, e não a vamos fazer hoje à tarde, porque quando falamos no assunto, saiu a lei da reforma judiciária. Entretanto fomos convidados para no dia 2 de maio estarmos na Assembleia da República com a reivindicação da alteração lei da reforma judiciaria. Após o resultado destas reivindicações, vamos aguardar o seu resultado e aceitamos claramente a sugestão feita pelo deputado Carlos Ferreira na marcação desta manifestação para o dia 18 de maio, contra o encerramento do interior, para dizer que o interior também faz parte do país, que nós somos também cidadãos de Portugal. -----

Também queria responder a algumas questões colocadas, nomeadamente ao deputado António Carção e dizer-lhe que as escolas do 1º ciclo são da inteira responsabilidade do Ministério da Educação, no entanto também é uma preocupação da Câmara a questão do amianto em edifícios públicos, quer na escola secundária quer do 1º ciclo. O problema está, em como se retira todo o amianto existente, tem que ser feito por empresas especializadas e não há empresas suficientes no país para fazer essa remoção em todas as escolas. Foi programado que será feito em período de Verão mas por quem de direito, ou seja pelo Ministério da Educação. -----



Sobre a corrupção devo informar esta Assembleia que há um Plano de ação contra a corrupção na Câmara Municipal. Já no mandato anterior tivemos que fazer este plano. -----

Relativamente às atividades culturais no Concelho, o único objetivo da Câmara é apoiar as mesmas com a finalidade de injetar riqueza no Concelho. Os expositores que estiveram na Feira dos Sabores e na Festa da Bola Doce, 98% eram do concelho, portanto o dinheiro conseguido ficou no concelho. -----

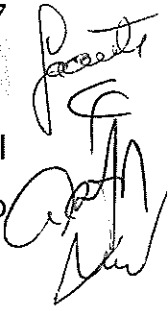
Relativamente à colocação dos sinais na IC5, nós tivemos na altura uma reunião com a Ascendi, também o Vereador Ilídio, e solicitava à mesa para dar a palavra ao Sr. Vereador e falar sobre essa reunião. -----

O **Vereador Ilídio Rodrigues**, antes de falar sobre o assunto em causa referiu-se também ao 25 de abril e às suas memórias do mesmo, e de seguida falou: -----

Quanto à reunião que tivemos sobre o nó do IC5, foi-nos dito que há regras, só podia haver três placas com indicação. Uma delas a localidade do nó, outra delas a localidade mais próxima que seria são Pedro e a indicação de Vimioso por faz ligação ao concelho vizinho. Eles não abdicam desta situação, são regras do IC5. Tivemos também uma outra discussão em relação ao nó de Sendim, por causa da sinalização de Picote, na placa acrescentaram Barragem de Picote. As regras são essas. Nós podemos continuar a insistir e vamos continuar a insistir, mas naquilo que é espaço deles, não nos deram abertura alguma sobre isso. Colocar fora, ou seja no domínio municipal, não se vê. -----

O **Presidente da Câmara**, continuou com a palavra para falar dos transportes escolares e públicos, dizendo que está a ser realizado um estudo Intermunicípios, através da CIM de Trás-os-Montes, porque o Município por si só não tem poder nem força para o fazer, já que há muitas leis e regras que o impedem. -----

Quanto à mudança do ecoponto, sugeriu ao Presidente da Junta de Freguesia de Picote que fizesse uma exposição por escrito, para tratar do assunto com o encarregado responsável e a Resíduos do Nordeste. -----



Sobre a limpeza do rio em São Martinho referiu que só será possível depois do Verão. Quanto ao corte do Choupos, comprometeu-se a ir a São Martinho para ver melhor a questão. -----

Em relação ao posto de Saúde de São Martinho informou que nas reuniões que teve com o diretor do ULS, lhe foi dito que provavelmente não iria reabrir por falta de condições, no entanto que a Câmara não desiste e vai requerer nova reunião. -----

O Presidente da Junta, José Almendra, esclareceu que não estava contra a realização das atividades como a Festa da Bola Doce, pois desse tipo, são boas para o concelho. O que tinha referido anteriormente são as diversas associações que querem fazer festas à custa da Câmara e das Juntas, e que isso tem de acabar. -----

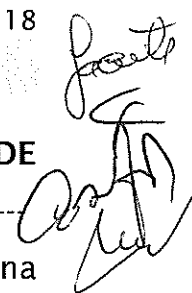
António Carção: Quero reforçar e dizer ao Sr. Presidente, que o problema do amianto não é um problema meu, é dos alunos, é uma questão de saúde pública. Eu gostaria muito mais de o ver, em vez de tentar desresponsabilizar-se, preocupado com a situação. Que digam que a culpa é da DREN ou da Câmara, isso não importa, temos é que apurar responsabilidades, porque o amianto dos passadiços está a degradar-se. -----

Presidente da Câmara: Devo dizer-lhe que este assunto está a ser tratado, já reunimos com a DREN no Porto. Isto também nos preocupa. -----

3. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 14 DE FEVEREIRO DE 2014; ----

A ata da sessão ordinária do dia 14 de fevereiro de 2014 foi posta à consideração, tendo havido alguns reparos que foram corrigidos. -----

Colocada a votação, a ata com as devidas correções, foi aprovada por unanimidade. -----



4. **TOMADA DE POSIÇÃO EM DEFESA DA SAÚDE NO CONCELHO DE MIRANDA DO DOURO;** -----

No âmbito da defesa da Saúde do Concelho de Miranda do Douro, e na sequência da posição tomada pela Câmara de Vinhais, foi presente a proposta aprovada por esta, com a qual o Município de Miranda do Douro concorda, que seja solicitado ao Ministério da Saúde um financiamento mais justo e equilibrado para a Unidade Local de Saúde do Nordeste, através da atribuição de um valor de capitação, pelo menos similar à da Unidade Local de Saúde Norte Alentejano. -----

Inscreveram-se para intervir neste ponto os seguintes membros: -----

Virgínia Preto: Como todos sabem o nosso Centro de Saúde sofreu algumas percas em termos de médicos, com o falecimento da Dra. Graça, com a rescisão de contrato do Dr. Valentim e com a doença do Dr. Pires Alves. Sem estarmos à espera ficamos apenas com três médicos. Ficou uma população de cerca de 2570 utentes sem médico de família. Tentou-se arranjar uma solução, juntamente com o Presidente da Câmara que reuniu com o Diretor da ULS. Penso que com 5 médicos conseguiríamos fazer a cobertura de toda a população e arranjar um médico para a extensão de S.Martinho. Neste momento vieram duas colegas, mas temporariamente, a meio tempo, e irão estar até setembro. Só serão colocados mais médicos se as vagas existentes forem colocadas a concurso. Vamos aguardar que sim. Neste momento estamos a conseguir dar cobertura a toda a população do Concelho. Não há possibilidade de mantermos S.Martinho antes de setembro. Vamos aguardar que haja médicos que queiram vir para Miranda. Na área de enfermagem, também estamos com falhas, pois reformaram-se quatro e precisaríamos de mais duas pelo menos. Está a ser difícil conseguir todas as valências, como a fisioterapia, psicologia, terapia da fala, vamos ver se conseguimos resolver da melhor forma estas carências, juntamente com o Presidente da Câmara e o Diretor do Centro de Saúde. -----

Venho também apelar aos colegas que se pronunciem favoravelmente sobre a solicitação ao Sr. Ministro da Saúde de um financiamento mais justo para a Unidade Local de Saúde do Nordeste, pelo menos equiparado ao

atribuído à Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano. Em termos geográficos esta ULS é muito parecida com a nossa. À referida ULS, foi-lhe atribuído um montante de cerca de seis milhões de euros, e nós ficamos muito prejudicados no sentido das repercussões que isso acarreta. -----

Chamo também a atenção dos colegas, por um facto que está a ocorrer, devido a carências económicas. Há doentes, principalmente do foro oncológicas que estão a faltar às consultas e aos tratamentos com idas muito frequentes ao IPO. Antes deste governo, os custos do transporte destes doentes eram suportados pelo Ministério da Saúde, esses custos deixaram de ser suportados e cria-se aqui uma situação muito grave. Apelo a todos os colegas que se unissem no apoio à proposta apresentada pela Câmara de Vinhais. -----

Presidente da Mesa: Penso que este problema da Saúde é um problema premente. Relativamente aos transportes que a Dra. Virgínia falou ainda se torna pior. Eu estou no terreno e há situações dramáticas, muito embora haja boa vontade do Núcleo de Bragança da Liga Portuguesa Contra o Cancro, em ajudar os nossos utentes nesses transportes, o que acontece é que a ajuda é em transportes públicos. Isso é complicado para os utentes das nossas aldeias, os utentes podem não chegar a horas às consultas. -----

Gonçalo Santos: Eu estou plenamente de acordo com a Dra. Virgínia e com a Presidente da Mesa, e votarei favoravelmente a petição da Câmara de Vinhais. No entanto lamento que na sessão anterior, a Sra. Presidente da Mesa se tivesse abtido, na votação da Moção enviada pela Câmara Municipal de Elvas, sobre a Defesa dos Doentes Oncológicos. -----

Presidente da Mesa: Devo dizer que a Moção aprovada na ultima sessão não tem nada a ver com este tema, a utilização de certos medicamentos, disse e volto a repetir, que a razão de certos medicamentos não serem fornecidos a alguns hospitais, é porque nem todos os hospitais têm competências para utilizar este tipo de medicamentos, mas esses medicamentos estão disponíveis para toda a população que deles necessita. O problema aqui é também de

transporte para que esses mesmos doentes possam ter esses mesmos tratamentos em locais que tenham competências para tal. Há competências específicas para determinado tipo de serviço e portanto se há competências temos que as respeitar. -----

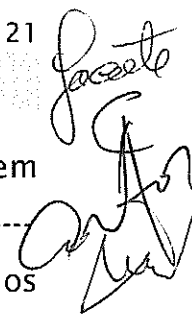
Presidente da Câmara: Só simplesmente uns agradecimentos que eu tenho que fazer de colaboração estreita com a ULS Norte, ao diretor do Centro de Saúde, à Dra. Jacinta Fernandes, não só pelo trabalho que está a desenvolver em colaboração com a Câmara Municipal nos cuidados paliativos, mas também neste acompanhar dos problemas de saúde do Concelho, também à Dra. Virgínia Preto que está sempre atenta e a sua intervenção neste sentido. Esta Moção de Vinhais resulta da reunião havida com o Sr. Ministro da Saúde em Lisboa, em que também esteve o Dr. Marçoa e que foram suscitadas algumas questões. No fundo agradecer a todos pela relação estreita para tentar resolver os problemas de saúde do Concelho. -----

Colocada a votação a tomada de posição em Defesa da Saúde no Concelho, foi a mesma aprovada por maioria com a abstenção do deputado André Pires. -----

5. APROVAÇÃO DA MOÇÃO - PELA MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO DE APOIO À ATIVIDADE AGROPECUÁRIA DE MIRANDELA; -----

Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente a moção cujo teor se dá aqui integralmente por reproduzido, apresentada pela Câmara Municipal:-----

“No concelho de Miranda do Douro, eminentemente rural, o sector agropecuário representa grande parte do sustento e empregabilidade da população, que garante uma economia familiar sustentável e da qual resultam produtos locais tão diversos e de qualidade superior. Nesta região a produção animal é essencial na vitalidade do mundo rural porque assegura um conjunto de fatores ambientais, económicos e sociais primordiais no desenvolvimento agropecuário e na preservação das raças autóctones em vias de extinção: raça Bovina Mirandesa, ovinos de raça Churra Galega Mirandesa, Raça Asinina Mirandesa e



o Porco Bísaro, sendo as duas primeiras detentoras de Denominação de Origem Protegida (DOP). -----

A saúde animal representa um motivo de preocupação para todos os cidadãos e essa preocupação deriva dos aspetos da saúde animal que se prendem com a saúde pública e a segurança alimentar mas também com custos económicos decorrentes, assegurados pelos produtores. -----

O Laboratório de Sanidade Animal de Mirandela, localizado na sede da região da Direção Regional da Agricultura e Pescas do Norte, é uma das unidades laboratoriais mais modernas da Região, criado há cerca de 8 anos, com o objetivo de apoiar a atividade agropecuária do distrito, da região e do norte de Portugal. Estamos a falar de uma unidade laboratorial que, efetua, em média cerca de 628 mil análises por ano, sendo as Organizações de Produtores Pecuários os principais clientes. -----

Considerando que este serviço é de grande importância para a defesa e incremento das raças autóctones mas também do restante efetivo animal; -----

Considerando que um grande número de produtores e agricultores do nosso Concelho e Distrito se encontram numa faixa etária avançada, o que dificulta a sua mobilidade; -----

Considerando também o interesse em muitos jovens em empreender na agricultura; -----

Considerando que o sector agropecuário no nosso concelho e distrito constituiu uma mais-valia para a criação de riqueza e fixação de pessoas; -----

Considerando que a retirada deste serviço para a unidade do Vairão, no Porto, vai onerar de forma muito significativa a produção e criação de gado no nosso concelho, pelo aumento de custos nas explorações; -----

Considerando que, a autarquia já comparticipa uma percentagem destas despesas com a sanidade animal, de forma a manter e promover a atividade pecuária no nosso concelho, papel esse que, deveria ser da responsabilidade do Estado com a comparticipação total nas análises de caráter obrigatório; -----

Considerando que esta estratégia de encerramento de serviços públicos na região prejudica a coesão social e aumenta a desertificação;-----

Considerando que decisões desta índole manifesta uma falta de respeito por produtores, criadores, agricultores e gentes da nossa região, que teimosamente vão criando riqueza e resistindo ao êxodo constante que assola os nossos jovens para terras do litoral em busca de emprego e de melhores condições de vida; -----

Assim, exigimos ao Governo a manutenção do referido serviço em Mirandela, local onde foi implantado em 2006. -----

- Gabinete do Presidente da República; -----
- Gabinete do Primeiro-ministro; -----
- Gabinete da Ministra da Agricultura e Mar; -----
- Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Norte; -----
- Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia da República; -----
- Grupo Parlamentar do PS na Assembleia da República; -----
- Grupo Parlamentar do CDS na Assembleia da República; -----
- Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República; -----
- Grupo Parlamentar do BE na Assembleia da República; -----
- Grupo Parlamentar dos Verdes na Assembleia da República; -----
- Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes; -----
- Assembleia Municipal de Miranda do Douro”. -----

Foi dada a palavra **Vereadora Anabela Torrão**: Sendo hoje também o 25 de abril, quero deixar uma pequena mensagem. Viva a democracia, ontem, hoje e sempre. -----

Também aqui quero deixar um voto de condolências aos três funcionários que nos deixaram de forma tão prematura, ao Eusébio, ao Pinto e ao Orlando. -----

Relativamente a este ponto, de facto, nós fomos surpreendidos no final de dezembro de 2013, através dos meios de comunicação social, com a notícia do eminente encerramento desta unidade laboratorial e com a transferência dos serviços para a unidade do Vairão em Vila do Conde. Este Laboratório de Mirandela foi construído há apenas 8 anos, trata-se de uma das unidades laboratoriais mais modernas da região, foi construída com fundos comunitários

e foi justificada com a importância do apoio à atividade agropecuária que era necessário para a região de Trás-os-Montes, com quatro valências: sanidade animal, azeite, água e solos. Serve os distritos de Bragança e Vila Real, abrangendo 33 municípios, serve 11.000 produtores pecuários e realiza 628.604 análises por ano, para despiste de doenças transmissíveis aos seres humanos como é o caso da brucelose. Estamos aqui a falar de uma preocupação de saúde animal mas também com a saúde pública. Aquando destas notícias, foram tomadas varias posições, entre as quais elaboração de moções entre as quais, foi também implementada uma ação popular com recolha de assinaturas elaboração de uma providência cautelar, no sentido de ser revista a decisão do Ministério da Agricultura. O Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela deu razão e reconheceu a legitimidade dos cidadãos. Todos sabemos que estes encerramentos de serviços têm por base estudos, assim como este. Foi constituído um grupo de trabalho composto pela Sra. Ministra da Agricultura, com uma missão muito clara de fazer um levantamento de todos os laboratórios a nível nacional e respetivas propostas de reestruturação. Em setembro de 2013, o grupo concluiu o estudo e entregou à Sra. Ministra quais as estratégias a propor e a implementar, e o relatório o que nos diz é muito claro, constatou-se que existem laboratórios que não têm acreditação e que não cumprem os requisitos comunitários para efetuar análises. Isto quer dizer que Vairão tem apenas 50% de acreditação para fazer as análises. Mirandela tem 100% de acreditação. Sabemos também que existem laboratórios privados a executar serviços que devem ser feitos pelos laboratórios das Direções Regionais. O que se pode verificar no relatório é que Mirandela apresenta o melhor rácio por funcionário a nível de amostras a nível nacional. Perante todas estas medidas e este relatório, nós não compreendemos esta decisão, mas mais escandaloso ainda, quem preside este relatório, que foi muito bem elaborado, é o Sr. Secretário de Estado Nuno Vieira e Brito, que foi precisamente o Sr. Secretário que esteve reunido com os autarcas e também com os presidentes das OPP`s que nunca foram ouvidos neste processo. Aqui não houve diálogo, houve uma imposição e houve também uma decisão da Sra. Ministra da Agricultura ou de alguém que está acima da Sra. Ministra que foi

contra a estratégia a considerar no relatório elaborado pelo grupo de trabalho, ou seja, fecham-se escolas porque não se atinge os números que o governo pretende, fecham-se tribunais, porque não tem o numero suficiente de processos, agora fala-se em finanças, fala-se nas questões da saúde, nós, neste caso, Mirandela, estamos a falar de excelência, estamos a falar do melhor laboratório a nível nacional. Isto é demasiado escandaloso. Esta decisão é meramente política, e apelo aqui a todos para que esta luta seja continuada contra esta tomada de posição. -----

O 2º Secretário **Antero Besteiros** entregou o seguinte documento à Mesa:

“O Laboratório de Sanidade Animal de Mirandela, localizado nas instalações da Quinta do Valongo da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte foi criado em 2006, para apoiar a atividade agropecuária da região e do norte de Portugal. Este laboratório, por decisão da Sra. Ministra da Agricultura, fechou as portas, pondo fim à sua atividade no passado dia 31 de março. Por tal procedimento, os produtores pecuários do Planalto Mirandês estão deveras preocupados, pelo facto de as análises à sanidade animal dos seus efetivos pecuários estarem a ser desde 1 de abril de 2014, desviadas para o Laboratório do Vairão - Vila do Conde. Com o encerramento de tão qualificado laboratório de Mirandela, os produtores da região temem que com o aumento da distância para o envio das suas análises, venham a trazer custos e prejuízos elevados à produção animal. As OPP`s, entregam duas vezes semanalmente os sangues colhidos de pequenos e grandes ruminantes em Mirandela, sofrendo os mesmos aqui o 1º choque térmico. Com o aumento da distância Mirandela - Vairão os sangues sofrem o 2º choque térmico. Este aumento de distância é muito temido pelos médicos veterinários das OPP`s da região, pois daí pode advir o danificar da qualidade das amostras de sangue, especialmente no pico das temperaturas dos meses de julho e agosto, obrigando à repetição de novas colheitas nos efetivos pecuários. Pelo que me foi dado a saber, estas situações já aconteciam, quando os sangues para análise eram entregues em Mirandela. No entanto, eram casos apenas pontuais especialmente no verão, daí as análises serem repetidas. Agora que a distância

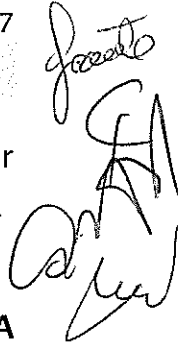
aumenta para o Vairão, aumentam também as vibrações nos sangues ocasionando uma maior rutura na hemácias. Daí com certeza, vir a haver um maior número de situações de estábulos em sequestro impossibilitando os proprietários de obter guias de trânsito para abate ou para venda em vida, ou seja, de exploração ou mesmo guias de trânsito para exposições, chamados Concursos Pecuários ou Feiras Agrícolas/Exposições. Esta situação a verificar-se ou agravar-se, vai fazer, vai acarretar, graves prejuízos à pecuária regional. Um estudo realizado apura que o Laboratório de Mirandela realizava cerca de 628.000 análises de sanidade animal, servia 11.000 produtores, 12 organizações pecuárias (OPP`S) e 33 Municípios, incluindo Bragança e Vila Real, e custou cerca de dois milhões de euros com fundos do PRODER em 2006. Segundo o mesmo estudo, o mesmo Laboratório em igualdade com outros Laboratórios de outras Direções Regionais de Agricultura, realizou mais análises à sanidade animal que todos estes juntos. Pelo exposto leva-nos a crer que com esta medida do governo ou seja o continuar o encerramento de serviços deve ocorrer no interior do País para agravar ainda mais a desertificação e o abandono da Agropecuária Regional. Fechar por fechar, deveria ter acontecido com o laboratório do Vairão e não o de Mirandela. Com esta medida, o governo, vai onerar as despesas com a saúde animal disparando os custos sobre os produtores já eles tão carenciados. Lembro aqui, que esta autarquia para diminuir em pouco as despesas dos produtores com as OPP`S, vem subsidiando há cinco anos as quotas dos produtores para com o ADS/OPP. Pelo que se referiu, seria de toda a conveniência que o governo voltasse atrás na decisão tomada para bem da agricultura, pecuária, produtores, raças autóctones (Bovina Mirandesa, Churra Galega Mirandesa, Raça Asinina – Burro de Miranda, Porco Bísaro, Raça Bovina Maronesa, Raça Bovina Barrosã, Raça Bovina Arouquesa, Raça Churra Galega Bragança, Raça Caprina-Serrana). Que o Laboratório de Mirandela não seja encerrado por uma vontade política”. -----

Jacinto Afonso: Permitam-me depois das brilhantes exposições que aqui foram feitas, pela Vereador Anabela e pelo Sr. Secretário Besteiros, isto leva-nos a pensar que a região de Trás-os-Montes está a ser penalizada, aqui eu não

tenho muito mais a acrescentar, praticamente tudo foi dito. Permitam-me divagar um pouco, queria felicitar a mesa pela marcação desta data 25 de abril, embora não estando em sintonia com alguns dos colegas. Sem dúvida para mim o 25 de abril vale o que vale, não é mais do que uma explosão daquilo que foi a opressão do antes do 25 de abril, estamos a falar de mais de 60 anos. Hoje após 40 anos, está a caminhar para uma explosão semelhante. O 25 de abril é importante, mas para mim, o importante é os motores que geram a revolta. Seguramente a continuar assim, estão-nos a encaminhar para uma explosão semelhante. Só não vai acontecer, se formos unidos e conseguirmos combater estas políticas que o governo nos está a impor, quer na saúde, quer na educação, quer na justiça e neste caso específico na saúde animal, que contrariando, como referiu a Dra. Anabela, os seus resultados, levam ao fecho do Laboratório. Isto gera em mim um sentimento de revolta, e deve gerar o mesmo sentimento a toda a população. Não é admissível. Estão a ir contra ao principal motor da nossa economia, que é a agricultura. A agricultura precisa de incentivos, e o nosso governo atual está a fazer precisamente o contrário. Nós temos que contrariar estas políticas. Não podemos ser dotados ao abandono, vamos unir-nos e vamos trabalhar no sentido de dinamizar a agricultura. -----

Quanto à sinalização da aldeia de Palaçoulo na IC5, compreendo que haja regras, mas quando estas são inadmissíveis, devemos fazer tudo para romper essa mesmas regras. Se estivermos unidos dificilmente seremos vencidos. -----

José Almendra: Sobre este assunto, penso que já se alongaram nos considerandos, se bem que sejam importantes. Concordo com o que aqui foi dito exceto no fundo político que colocaram na questão, não há necessidade disso, porque o que temos que fazer é defender o que nos interessa. Também não concordo com o que o governo fez mas o que eu penso é que isto foi uma forma de poupar dinheiro. Toda esta assembleia deve mostrar o seu desacordo por terem fechado o laboratório de Mirandela. -----



Colocada a votação a Moção apresentada, foi a mesma aprovada por unanimidade e em minuta. -----

6. APROVAÇÃO DA MOÇÃO - CONTRA O ENCERRAMENTO DA ESCOLA DE PALAÇOULO; -----

Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente a moção cujo teor se dá aqui integralmente por reproduzido:-----

“O Ministério da Educação e Ciência anunciou o reordenamento da rede escolar do Ensino Pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico para o ano letivo 2014/15, no qual é proposto o encerramento da EB1 de Palaçoulo. Posto isto, a Câmara Municipal repudia totalmente a possibilidade avançada, defendendo a continuidade da autorização especial de funcionamento deste estabelecimento de ensino. -----

O interior há muito que se debate com problemas de isolamento e desertificação, todos os esforços por parte desta autarquia para rumar contra esta situação é posta em causa com esta medida. Palaçoulo está inserido num meio rural onde predomina a indústria, sendo que, de acordo com os censos de 2011, houve, entre 2001 e 2011, um acréscimo populacional de 38,8%, nomeadamente casais jovens, com crianças em idade escolar; -----

Considerando que a escola de Palaçoulo está sinalizada para o encerramento, apenas e só por se encontrar com menos do limite de alunos que o Governo estabeleceu como critério (21 alunos) tendo como base razões meramente financeiras, não podemos aceitar que não se levem em conta outros fatores importantes, que não sejam apenas o número de alunos por turma.-----

A escola de Palaçoulo tem atualmente 18 crianças a frequentar o 1º Ciclo e o Pré-escolar. Existe um professor, uma educadora de infância e duas auxiliares de Ação Educativa, estas funcionárias desta autarquia. -----

Este edifício, de construção recente, inaugurado no ano letivo 2006/07, apresenta boas infraestruturas em excelente estado de conservação, onde foram investidos milhares de euros, de modo a garantir um espaço pedagogicamente adequado a este nível de ensino. O mesmo está equipado com um refeitório, local onde os alunos almoçam/lancham, sendo as refeições

confeccionadas pela IPSS local - Santa Casa da Misericórdia- através de protocolo celebrado entre o Município e esta instituição. -----

Os alunos praticam educação físico-motora no pavilhão gimnodesportivo da Junta de Freguesia, por cedência da mesma. ----- Os alunos usufruem de aulas de Mirandês, Inglês e Educação Musical. ----- A escola foi dotada de mobiliário, material pedagógico e informático recentemente. -----

A Carta Educativa do Concelho de Miranda do Douro não contempla o encerramento de escolas do 1º Ciclo, mas sim a sua requalificação, programada e faseada e está em curso desde 2009. -----

O encerramento desta escola vai agravar a qualidade da educação destas crianças, uma pior qualidade de vida para elas e para as famílias, bem como o impacto negativo em toda a comunidade. -----

O índice de retenção e abandono escolar é igual a zero e de referir que os resultados nas provas finais de 4º ano e dos testes intermédios de 2º ano, relativos ao ano letivo transato, foram muito positivos, os melhores ao nível do Agrupamento de Escolas. Sem dúvida, um dos fatores para esse sucesso é a permanência dos alunos na escola da sua área de residência. -----

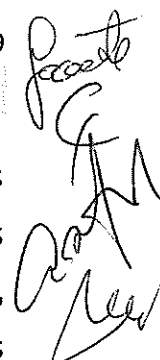
Todas as crianças residem na localidade pelo que não desperdiçam, tempo no percurso dos transportes escolares, aproveitando este período para estudar. -----

Face ao exposto, exigimos que o Ministério da Educação e Ciência, reconsidere esta decisão, pois a concretizar-se vai prejudicar seriamente o concelho de Miranda do Douro e a comunidade de Palaçoulo. -----

Estamos unidos para trazer progresso ao nosso concelho, lutamos para atrair investimento e pessoas e o Governo limita-se a encerrar Serviços Públicos.

Todos pelo concelho de Miranda do Douro". -----

Manuel Gonçalves: A minha intervenção vai de encontro à moção contra o encerramento das escolas de Palaçoulo, em anos anteriores já o tínhamos feito, hoje com maior gravidade porque já nos foi comunicado pelo diretor da DREN que veio a Palaçoulo, em que não se importou minimamente com os



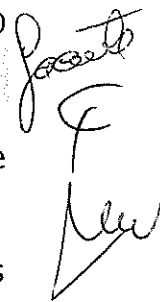
excelentes resultados dos alunos, não se importa minimamente com as condições precárias dos transportes públicos, com as famílias, com as empresas. Peço à Assembleia Municipal que votem unanimemente esta Moção, que nos ajudem nesta batalha, porque quando alguém põe acima de tudo os resultados eleitorais, o “Dr. Fechaduras” disse ainda no ano passado, que se não fosse ano de eleições autárquicas a escola já tinha fechado. Isto é de uma insensibilidade, de uma irresponsabilidade total. Não seria demais a demissão do cargo que ocupa. -----

O deputado **Alberto Martins** entregou o seguinte documento à Mesa: “Considerando a vontade da população de Palaçoulo e mais concretamente dos encarregados de educação dos alunos que frequentam este nível de ensino, alguns dos quais tive oportunidade de auscultar, a minha posição face a esta Moção é naturalmente favorável. No entanto, face à comunicação efetuada pelo Sr. Delegado Regional da Educação (Norte), aquando da sua visita a Palaçoulo em que ficou bem claro que o encerramento da Escola “é uma decisão irrevogável e sustentada na legislação em vigor” cumpre-me registar que, segundo o responsável, o encerramento da escola, contempla a atribuição de uma verba ao Município de Miranda, para garantir o transporte diferenciado e exclusivo para as crianças que frequentam este nível de ensino, por um período de 2 anos (julgo). -----

Porque considero este aspeto altamente relevante, quer no processo de adaptação do aluno, quer na proteção que deve ser garantida ao jovem nessa faixa etária (evitando a deslocação conjunta com jovens em estados de desenvolvimento mais avançados). -----

Sugiro a criação de uma rúbrica com dotação orçamental que assegure esta valência, no período aludido, bem como para além do mesmo, a todas as crianças do Concelho nestas condições, ou seja, vítima do encerramento de escolas”. -----

André Pires: Desde já quero dar uma palavra pelo dia 25 de abril, esperemos que a liberdade de expressão seja unanime e que a informação



muitas vezes seja transcrita consoante aquilo que vemos, pois a liberdade também depende muito daquilo que nós vemos e compreendemos dela. -----

Em relação à moção, obviamente é pena que as escolas encerrem. Temos isso ao longo dos anos no concelho. Estou a favor da moção, mas temos que ir mais além. É óbvio que as escolas vão ser unificadas. O problema não é a educação, o problema, como bem referido pelo deputado Alberto, é o meio de transporte e as condições que se vão dar a esses alunos, porque, é muito bom ter os filhos da terra junto da terra, mas se calhar, a educação que eles vão ter vai ser melhorada. Acredito que seja muito melhor para os alunos a nível de formação tendo um espaço muito maior, tendo melhores condições. A reestruturação escolar é contínua, não é só deste governo, tem sido dos outros governos ao longo dos últimos 40 anos, por isso não vamos crucificar ninguém. Penso que tem que se apostar no transporte dos alunos e nalguma melhoria de valências a nível de educação, pois os alunos vão passar cá pelo menos 12 anos. -----

Colocada a votação a Moção apresentada, foi a mesma aprovada por maioria, com a abstenção do presidente da Junta de São Martinho. -----

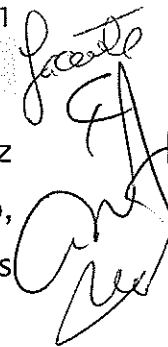
Foi aprovada ainda em minuta. -----

7. APROVAÇÃO DA MOÇÃO - ENCERRAMENTO ENCAPOTADO DO TRIBUNAL DE MIRANDA DO DOURO; -----

Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente a moção cujo teor se dá aqui integralmente por reproduzido:-----

“A Câmara Municipal de Miranda do Douro, repudia totalmente a possibilidade avançada pelo Ministério da Justiça do encerramento encapotado do tribunal de Miranda do Douro, que vai ser convertido numa secção de proximidade, no âmbito da reorganização do mapa judiciário. -----

O documento “Reorganização da Estrutura Judiciária”, emitido pela Direção-Geral da Administração da Justiça, é ofensivo para a população de Miranda do Douro, pois lesa o direito fundamental de acesso à justiça, pelas seguintes razões: -----



O concelho de Miranda do Douro sempre teve Tribunal, com juiz residente e procurador adjunto, agora perdemos o juiz, o procurador adjunto, deixamos de ter tramitação de processos, diligências do Ministério Público e os julgamentos só acontecem por opção do juiz. -----

Vamos perder o tribunal tal como o conhecemos e ficamos apenas “com um Balcão de Atendimento”. -----

O Estado não deve esquecer as suas obrigações para garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, como o direito à justiça. É o abandono da população! -----

É importante salientar que o encerramento, diminuição de competências e despromoção de serviços públicos no concelho empobrece a economia local e vai acentuar o despovoamento e a emigração. -----

A retirada de competências/desqualificação do tribunal de Miranda do Douro vai obrigar as pessoas deste concelho em determinadas situações a deslocarem-se para Bragança a mais 80 km, por estradas sinuosas e sem transportes públicos, ficando desta forma o direito à justiça a todos os cidadãos comprometido, independentemente da sua situação económica. -----

Este processo é dúbio, os números apresentados no estudo estão inquinados. Só este tribunal tem uma média de 300 processos anuais, superior ao número de referência que determina o encerramento (250), sendo que o número de processos que consta no documento do Ministério da Justiça (207), resulta de um método de desqualificação deste tribunal levado a cabo por este governo feito à medida para atingir este objetivo, não se percebendo os argumentos utilizados para passar o tribunal de Miranda a Secção de Proximidade. -----

As condições do edifício do Tribunal são dignas e continuam capazes de receber os cidadãos, estando ao nível dos melhores tribunais do país, tendo a vantagem de ser propriedade do Ministério da Justiça, ao contrário do que acontece noutros locais onde se pagam mensalmente rendas de milhares de euros. De realçar que no mesmo edifício funcionam os serviços públicos da Conservatória do Registo Predial. -----

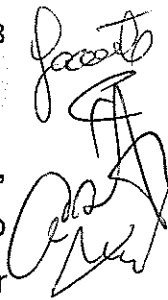


Face ao exposto, exigimos que o Ministério da Justiça, repense esta decisão, pois a concretizar-se vai prejudicar seriamente o concelho de Miranda do Douro e comunidade no acesso à justiça, constitucionalmente consagrado, e originaria desigualdades entre os cidadãos na defesa dos seus direitos e interesses legítimos, quando todos eles são chamados de igual modo para o cumprimento dos seus deveres cívicos. -----

Estamos unidos para trazer progresso ao nosso concelho, lutamos para atrair investimento e pessoas e o Governo limita-se a encerrar Serviços Públicos.

Todos pelo concelho de Miranda do Douro". -----

Foi dada a palavra ao **Vereador Ilídio Rodrigues** que disse: Eu estou a ficar um pouco incomodado com a acomodação de certas pessoas. Laboratório de Mirandela, Escola de Palaçoulo, Tribunal de Miranda, Finanças, Correio, Segurança Social, Saúde, fico com alguma sensação que isto incomoda pouca gente e algumas pessoas que estão nesta sala, parecem mais preocupados e discutir se isto é político ou não é político. Isto não é uma coisa nem é outra. Isto é o maior ataque feroz ao interior do país, e nós cada um no seu lugar devia pensar primeiro nas pessoas que nos elegeram e muito sinceramente penso que alguns estão mais preocupados com a disciplina politico partidária e não com a verdadeira razão da existência da causa. Quando falamos no Tribunal de Miranda, falamos numa intenção clara politica de reorganização de uma estrutura judiciária do país e mais nada do que isso, não é para poupar dinheiro, até porque o Tribunal de Miranda custa muito pouco dinheiro ao Estado Português. O Edifício, a sua manutenção, a abertura daquela casa, custa alguns milhares de euros, muito poucos por ano. E portanto a questão de poupar dinheiro não existe. Existe sim, um princípio ideológico de perseguição do interior do país, que é fechar tudo onde não há gente, e mesmo aqui nesse caso nem sequer se aplica. Encerramento encapotado porquê? Porque, tiram-nos com uma mão tudo o que temos, e depois tentam-nos dar alguma coisa. Aliás a estratégia deste governo vai exatamente nesse sentido. Anunciam que vão tirar 50, mas depois já só são 45. Já nos deram alguma coisa. Esta é a estratégia que este governo tem utilizado em todas as situações em que atua, e

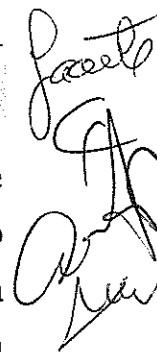


em Miranda acontece exatamente a mesma coisa. Não falam em encerramento, falam em manter uma secção de proximidade, um balcão de atendimento dirão alguns, outros dirão que não, que é o mesmo tribunal e que até vai fazer julgamentos, e outros ainda, que não é o mesmo tribunal porque vai depender do juiz fazer ou não julgamentos. E andamos nós a servir de balão de ensaio a estes senhores que estão no governo. Hoje é 25 de abril, de facto se não fosse o 25 de abril eu não estaria aqui a dizer estas coisas. Mas já que ele existiu, já que alguém, como aquele Cabo dizia - não faço aos outros o que não queria que me façam a mim. Meus senhores, nós não podemos ficar acomodados. Estas questões têm que nos unir a todos, não são questões partidárias, e deixo aqui um desafio que no dia 18 de maio, se levantem de onde estiverem e apareçam, apareçam a denunciar, a dizer de alta e viva voz, que não concordamos, que não estamos condenados, que ainda temos gente que se interessa, que ainda temos gente que se preocupa, porque fomos eleitos, como foi o Sr. Primeiro Ministro, como foi o Sr. Presidente da República. Representamos um concelho e um povo que depositou em nós confiança. Por isso não nos acomodemos. -----

Valdemar Gonçalves: Estamos hoje a comemorar o 25 de abril e eu, nutro muita simpatia pelos ideais de abril, mas lamento que hoje só podemos fazer um rosário de lamentações. -----

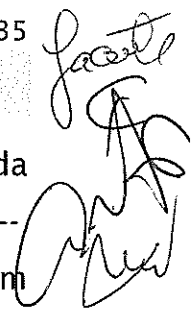
Permitam-me tecer alguns comentários acerca do assunto do tribunal. Continuam a tirar-nos aquilo que é nosso, e aquilo que devíamos ter pleno direito, é o jogo do rapa, a nós calha-nos sempre o rapa ou o tira. Já é pratica habitual, desde que nos roubaram a nossa Sé Catedral, só deixaram as pedras porque eram pesadas demais. Está na hora de dizer basta. Eu concordo com a ideia da manifestação aqui anunciada, concordo com a moção contra o encerramento encapotado e descarado do tribunal e até acho que devíamos ir mais longe, usar mesmo a força, porque isto já não vai com falinhas mansas. Já faz falta outro 25 de abril. -----

Eu tinha 11 anos e lembro-me, assisti ao Eng.º Arantes e Oliveira, Ministro de Salazar, quando veio inaugurar o tribunal, tenho na memória o



homem a fazer o discurso de uma das janelas do tribunal, era o despertar de um sonho que durou cerca de 50 anos, agora paira no ar o fantasma do encerramento. É triste, para quem construiu esta cidade, os edifícios que esta terra tem, ver agora os encerramentos todos. Eu trabalho no tribunal e foi lá que passei a maior parte da minha vida. Posso garantir que o seu encerramento já está com data marcada, é no princípio de setembro. É bom que o povo de Miranda saiba que o tribunal de Miranda vai encerrar efetivamente. Demagógicamente tentam atirar-nos com areia para os olhos e descobriram uma palavra, que até nisso é antagónica, Secção de proximidade, não é solução nenhuma, quando muito é um adiar do encerramento final. E o que é a Secção de proximidade? Aqui em Miranda vai ficar um funcionário com as palavras decoradas - se deseja alguma coisa dirija-se a Bragança. Passado um ano, provavelmente, já só fica uma mensagem gravada que diz - o tribunal de Miranda já não funciona, por favor desloque-se a Bragança. Esta é a secção de proximidade a 80 Km, sem transportes. De todos os tribunais que enceram no país, o tribunal de Miranda bate o recorde. Há apenas um que fica a mais de 80 Km, salvo erro, é Mértola. Nisso somos recordistas. Por falar em proximidade, presto homenagem ao Padre Manuel Preto de São Martinho, foi meu professor, e numa certa altura disse-me - eu sou português, mas estou mais próximo de Espanha do que de Portugal, esta realidade continua atual. Muita gente talvez me critique, mas eu lançava a ideia de um referendo à população de Miranda, por uma questão de proximidade, gostava de saber a opinião do povo de Miranda, se não preferia ir para Mogadouro que tem melhores acessos, eu por mim, escandalosamente preferia ir para Zamora. -----

Mas não é só o tribunal, eu ouvi ainda esta semana, que 50% dos serviços de finanças iriam fechar. Tenho a certeza absoluta, que esta lotaria também vai tocar a Miranda do Douro. Só falta fecharem as nossas casas e termos que ir viver para debaixo da ponte. Ou acabamos com esta política ou estes políticos acabam connosco. É por tudo isto que temos de demonstrar o que sentimos e lutar pelos nossos direitos. O Tribunal tem condições para trabalhar durante muitos anos. Já não chega o ditado "para cá do Marão mandam os que cá estão"



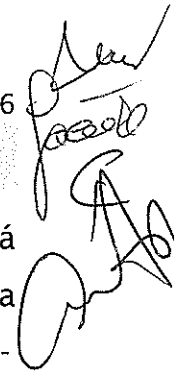
e “para cá do Pocinho, ninguém mete o focinho”, eu tenho outra, “em Miranda devia mandar quem cá anda”. -----

Vamos todos lutar pela dignidade que Miranda merece, mostrando assim o nosso direito à indignação, para que Miranda tenha tudo aquilo que lhe pertence e a que tem direito. -----

Orlando Vaqueiro: Relativamente a este assunto dos encerramentos, estou completamente de acordo, e nada mais elucidativo, com as palavras do nosso amigo Valdemar. -----

O que eu queria alertar é para duas situações, os encerramentos para lá da negatividade que têm, vão trazer uma consequência acrescida que o governo nunca legisla. Quais as consequências do património onde estavam instaladas as instituições. Os sucessivos governos são peritos nesta matéria, tomam uma atitude política e não assumem as consequências do património e depois temos património como o da CP e outros degradados. No caso dos encerramentos vai-se passar a mesma coisa. É triste, mas o paradigma mudou e nós lutaremos com todas as forças, e faremos todas manifestações, mas temos de assumir o paradigma mudou e há instituições de proximidade, quer queiramos ou não, não irão ficar, seja nesta ou noutra conjuntura e uma das instituições de proximidade, são exatamente as escolas primárias, por questões de racionalidade, por questões políticas, por questões de operacionalidade. Se calhar algumas têm grandes razões para fecharem, que não é o caso de Palaçoulo. Palaçoulo é uma localidade de empregabilidade plena, é uma localidade que tem vindo a ter um aumento de natalidade, enfim, é uma localidade que merece ter uma escola primária. -----

Quanto às outras eu penso que as políticas não serão alteradas. As autarquias têm de decidir os próximos investimentos em aglomerado centros escolares de, essa é uma obra prioritária para qualquer autarquia do Nordeste Transmontano, pode não dar votos, como uma estrada, um caminho ou uma sede de junta de freguesia, mas tem que se criar condições, Miranda é um concelho relativamente pequeno, tem bons acessos viários, o Município tem que criar condições num centro escolar a decidir se será instalado em Miranda,



em Sendim ou em Palaçoulo, uma zona mais ou menos centralizada e que já tenha ela própria algumas infraestruturas, porque a política da educação, venha o governo A,B,C ou D, passa exatamente por aquilo que está a passar agora. ----

Manuel Gonçalves: Por aquilo que aqui já foi dito pouco me resta dizer, a não ser que fico realmente chocado com o comodismo de muitas pessoas com estas questões dos encerramentos. Vejo-os constantemente a reclamar por situações mínimas, e depois verem a desertificação de serviços no nosso concelho e cruzam os braços e aguardam. Falou-se de início na proposta da manifestação, só vi agora um camarada a voltar a falar nela. Da parte do partido da oposição ainda não ouvi uma única pessoa a falar no caso. É realmente revoltante, porque é nestas situações que temos que estar unidos independentemente dos partidos e em defesa da nossa terra. Apoio a ideia do referendo que o Valdemar falou. -----

José Almendra: Foram aqui incorridas algumas incorreções, que dá a impressão que as pessoas estão a favor do encerramento dos serviços. Eu sou independente e não tenho a ver com políticas, mas sim a favor do concelho. Quando falei que era um aspeto económico, parece que ficou no ar outra coisa do que aquilo que eu quis dizer, o que eu acho é que eles querem poupar e é por aí. É obvio que sou contra o encerramento do laboratório e quanto à manifestação, cada um responde por si, mas é do interesse de todos. -----

António Carção: Pessoalmente posso dizer que o meu sentido de voto tem sido bem vinculativo, aquilo que eu pretendo, ou seja, o meu partido é a minha terra, é o meu concelho. Não tem mais razão quem fala mais alto ou quem leva o cartaz da frente, o ultimo também é necessário. Tenho estado em todas as manifestações contra o encerramento de instituições, e no dia 18 também estarei, só não estarei por motivos de força maior. -----

Alfredo Cameirão: Na minha opinião, efetivamente, todas as decisões são políticas, mas não tem mal nenhum por serem decisões políticas. São

políticas porque a política é uma arte, e é uma arte nobre, a política é o governo da cidade. Ouvi à pouco o deputado André dizer que o encerramento das escolas é uma fatalidade mas que não era mau de todo, porque pedagogicamente seria bom. Isto é uma falácia. A motivação de fechar as escolas é política, na minha opinião errada. E a nossa posição deve ser também política, não política partidária mas uma decisão política, no sentido de decidir de que lado vamos ficar. Não tenho dúvidas nenhuma que os que estão aqui do partido do governo, antes colocar-se-ão ao lado da sua terra do que do lado do governo. -----

Relativamente à escola de Palaçoulo fiquei bastante animado com o que ouvi dizer ao Dr. Alberto, que citou o Secretário de Estado, que a situação era irrevogável, e portanto eu sabendo de onde vem, fico com alguma esperança. -

Colocada a votação a Moção apresentada, foi a mesma aprovada por maioria, com a abstenção do deputado André Pires. -----

Foi aprovada ainda em minuta. -----

8. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE TAXAS DO CANIL INTERMUNICIPAL;

Foi dada a palavra à **Vereadora Anabela Torrão**: Após reunião realizada entre as quatro Câmaras que integram o Canil Intermunicipal, foi presente a proposta de alteração de taxas do Canil Intermunicipal. -----

De acordo com a informação prestada pelo Veterinário Municipal, o órgão executivo deliberou por unanimidade aprovar a referida proposta que consiste em: -----

Taxas com valores inteiros, onde se arredondou para cima, por subir a taxa de transporte de animais ou cadáveres a pedido do dono, para 15,00 €, por se substituir a gratuidade da entrega voluntária de animais no canil, por uma taxa de 10,00€ e por se criar um novo serviço e respetivas taxas - Captura de animais a solicitação do dono, em propriedade privada. -----

O deputado **José Almendra** questionou quando se entrega o canídeo no Canil, têm que pagar 10 €, e o que acontece a seguir. -----

A **Vereadora Anabela Torrão** respondeu que se o canídeo for capturado e o dono o for buscar ao Canil, terá que pagar os dias da estadia do animal no Canil. Se for uma entrega voluntária, quem entrega paga os 10€, durante 8 dias é obrigatório manter o animal em vida, para possível adoção, a partir daí é abatido. -----

O deputado **Antero Besteiro** questionou o executivo sobre um animal encontrado nas arribas pela tripulação do barco, que o tentou resgatar sem êxito. Ligando aos bombeiros foi-lhes dito que iriam resgatar o animal mas tinham de efetuar um pagamento. Perguntou se a proteção civil deveria fazer esse trabalho sem qualquer pagamento. -----

O **Vereador Ilídio Rodrigues** respondeu à questão dizendo que eles poderiam ter chamado o Canil, e se estes não tivessem meios, ai sim poderiam socorrer-se dos Bombeiros. -----

Colocada a votação a proposta apresentada, foi a mesma aprovada por unanimidade e em minuta. -----

9. RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2013 DA CPCJ; -----

Foi presente o Relatório Anual de Atividades do ano de 2013 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Miranda do Douro do ano de 2013. -----

O deputado **Alberto Martins** entregou o seguinte documento à Mesa: "Relativamente a este ponto, gostaria de deixar duas notas: -----

1ª - Refuto a ideia que o relatório transmite no ponto nº 2 onde diz - Supostamente ter sido posto em causa o desempenho da Comissão. -----

Estive presente nessa Assembleia, ininterruptamente, e na verdade o que retive sobre o assunto, foi uma pergunta central - Como se articula a escola ou Agrupamento Vertical com a CPCJ e quais os tempos de atuação. -----

Lamento que o assunto não tenha sido comunicado à Comissão no tom, na forma e no sentido com que foi tratado nessa sala.” -----

2º No mesmo ponto (nº2) do relatório é ainda referido por um elemento da Comissão que - Não se deviam valorizar as declarações proferidas na Assembleia Municipal, pois acredita tratar-se de quezílias políticas. -----

Sra. Presidente, caros colegas, interpreto o comentário, como uma enorme falta de respeito por esta Assembleia. Considero ainda estar perante a passagem de um atestado de menoridade a todos os elementos que a compõem. Confesso que olho para as “quezílias políticas” como “fait divers” reservados aos assalariados da Política, onde não se inclui a esmagadora maioria dos presentes. Face ao assunto em causa, repudio toda e qualquer ação ou comentário que não tenha por base a verdade, a transparência, o respeito e a seriedade que os jovens e as suas famílias esperam de todos nós. -----

Colocado a votação Relatório apresentado, foi o mesmo aprovado por maioria, e em minuta, com as abstenções do deputado Mário Torrão e da deputada Ivete Martins. -----

10. PLANO DE ATIVIDADES PARA 2014 DA CPCJ PARA APROVAÇÃO;

Foi presente o Plano de Atividades do ano de 2013 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Miranda do Douro para o ano de 2014.???? ----

Não havendo quaisquer inscrições para intervir neste ponto, foi o mesmo colocado a votação, tendo sido aprovado por maioria, com um voto contra da deputada Ivete Martins. -----

11. 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA; -----

Foi presente a 1ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa da Câmara Municipal. -----

Não havendo quaisquer inscrições para intervir neste ponto, foi o mesmo colocado a votação, tendo sido aprovado por maioria e em minuta, com dois votos contra, nomeadamente das deputadas Ivete Martins e Hermínia Fernandes e três abstenções dos deputados, António Carção Sérgio João e Alberto Martins.

12. RELATÓRIO E CONTAS DE 2013 DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO; -----

Foi presente o Relatório e Contas de 2013 da Câmara Municipal de Miranda do Douro. -----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara**: Queria referir aqui duas ou três questões muito ligeiras sobre as contas apresentadas hoje referentes ao ano de 2013. A boa execução orçamental de cerca de 88% em primeiro lugar, em segundo lugar uma diminuição da dívida da Câmara, uma diminuição também dos custos, o que no fundo revelam as preocupações que temos tido desde que aqui iniciamos funções. Uma preocupação, poupança de gestão e de apresentação de boas contas públicas, para quem nos fornece estamos a pagar a 30 dias e não temos dívidas em atraso. Por isso o que significa que toda esta reestruturação, permite-nos chegar aqui a apresentar estas contas e solicitar a sua aprovação. -----

A deputada **Ivete Martins** leu e entregou o seguinte documento à Mesa: -

“1 - Relatório de Gestão - O relatório de gestão tem uma configuração que se tem repetido ao longo dos anos e deveria ser melhorado para dar mais ênfase aos factos mais importantes da realidade financeira do Município: -----

- Relativamente ao controlo Financeiro do PAEL, na página 15, ponto 3 menciona quadros I a IV em anexo é importante que nos sejam remetidos os quadros mencionados. -----

Só mais duas notas que devem ser motivo de reflexão e que tem a ver com algumas incorreções dos documentos que nos remeteram: -----

1 - Na página 5 o quadro da receita corrente está errado, em 2012 em vez de 6.083.905, 79€ o total das receitas é 6.692.543,13€, em 2013 em vez de 6.692.543,13€ o total da receita corrente é de 8.149.297,13€. -----

Não é uma informação irrelevante pelo que merece ser corrigida e depois devidamente comentada. -----

2 - Depois estamos perante um Relatório do Presidente e que este não assinou, contrariando o que anualmente é feito. Apesar de estar cheio de erros deveria ter assinado. -----

Globalmente o Relatório de Gestão das Contas da Câmara Municipal deveria responder mais as questões do cidadão comum e incluir mais informação, como acontece nos relatórios de contas dos Municípios vizinhos, por exemplo: -----

- Anexo relativamente as propostas eleitorais cumpridas e não cumpridas;
- Informação sobre as contingências com impacto nas contas (diminuição da população ativa, redução da atividade económica, redução do nível de construção civil); -----
- Informação detalhada sobre o orçamento e as modificações realizadas (Há obras abandonadas mas não se sabe o que as substituiu...); -----
- Identificação de obras locais, respetiva funcionalidade e viabilidade com por exemplo: piscina de Palaçoulo, o alcatrão de Sendim...); -----

1- Relativamente à Gestão da Câmara Municipal de Miranda do Douro temos:

1.1 - Análise da Execução Orçamental. Num ano de contenção temos:-----

As despesas aumentaram significativamente e relativamente ao ano de 2012 aumentaram mais de 3 Milhões de Euros. Nunca será demais dizer que foi às custas dos Mirandeses, que se suportam estes gastos- Ver pagina 5 do Relatório do Presidente - receitas correntes: Impostos diretos (aumentaram 20.6%); Indiretos (35%) e Venda de Serviços (22,4%). Bem de qualquer forma a receita de Capital foi de (3.2 Milhões) também aumentou mas o que aumentou gastou-se. -----

1.2 - Receitas de Capital. Num ano de crise o Governo de Portugal facilitou fundos para resolver os problemas financeiros da Camara Municipal de Miranda (PAEL) e agora impõe-se a racionalidade na gestão e que se olhe com prudência para os gastos, o que ainda não aconteceu como se vê por este indicador global.

Senhor Presidente, as receitas extraordinárias como as verbas do QREN, o Protocolo com a EDP e as Transferências da União Europeia são uma preocupação porque acabam. Mas mesmo assim num ano em que as receitas de capital pelos motivos referidos cresceram 27,7%, ainda se critica o Estado pela transferência de verbas num momento em que o País está em resgate. -----

Em conclusão o saneamento financeiro imposto pelo Estado não esta a ter a devida correspondência no que se refere à garantia da sustentabilidade das contas do Município porque o que é receita gasta-se e para além disso há receita que não se vai repetir (que é a extraordinária) pelo que resta continuar a sacrificar os munícipes. -----

1.3 - Despesa Corrente. A despesa corrente em 2013 comparativamente a 2012 aumentou 48,48 %. Grande parte aumentou porque chegou dinheiro para pagar as dívidas que se tinham contraído entre 2009-2012 e o PAEL veio resolver. -----

Três Notas: -----

a) Estamos a falar de despesa e não de investimento, falamos de quase 10 Milhões de Euros; -----

b) A resolução é imaginária porque foi contraída dívida a MLP que agora é preciso pagar. Reforço que a despesa corrente teve um aumento de 48,8%. -----

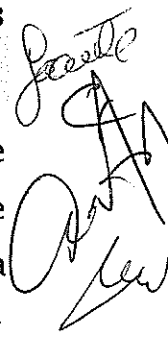
c) Uma nota para a subida impressionante dos juros bancários (+44,7%) e outros juros (+94,6%). Esta será uma rubrica que deverá ser muito bem acompanhada nos próximos anos, pois os empréstimos contraídos para saneamento financeiro, um na C.G.D e outro na C.C.A.M a taxa é de 6,579%. ----

É importante que o Executivo da Câmara tente renegociar a taxa, principalmente com a C.C.A.M, já que a mesma tem autonomia com a Administração local. -----

Nota: No relatório de gestão na página 7 à amortização de passivo financeiro é 23,27% e não 33,27% como mencionado, mais um alerta para procederem a alteração. -----

Análise dos custos e proveitos do exercício (Pág. 11 do Relatório do Presidente e pág. 33 do Relatório do Auditor Externo). -----

No exercício a rubrica de Custos e Perdas apresenta uma redução de cerca de 1 Milhão de Euros (-979.056,88 Euros). De salientar que mais de metade deste valor (-500.901,31 Euros) refere-se a redução de provisões para contingências. Apesar do país estar em contenção e por força do PAEL e o Executivo estar sujeito a medidas de restrição, o esforço de poupança no exercício é exclusivamente de (979.056,88 Euros - 500.901,31 Euros). Para o



nível de atividade da Câmara é um esforço muito aquém do necessário, donde será preciso contenção e medida de racionalização. Mas não deixou de se poupar em transferências e subsídios concedidos e prestações sociais em cerca de 164 Mil Euros (aqui conviria ver quem sofreu com estes cortes). -----

Ao nível das receitas o já referido aumento de 2012 para 2013: -----

1 - A penalização dos Municípes com aumento das Prestações de Serviços e Impostos (89.015,04+ 192.709,91 Euros).

2 - As receitas extraordinárias foram de 583.338,92 euros, mais 319.262,95 euros que em 2012, isto por via da redução de previsões. Ou seja, tal como aconteceu com o Matadouro em 2012 que apresentou resultados positivos, a CMMD apresentou em 2013 resultados positivos mas com recurso a extraordinários relativamente a 2012, menos Provisões 500.901,31 Euros e mais proveitos extraordinários 319.262,95 Euros, que só por si explica metade do acréscimo de resultados de 1.7 Milhões de Euros de 2012 para 2013. O resto é sensivelmente o aumento da prestação de serviços, taxas e impostos - Ver pág. 11 do Relatório de Gestão do Presidente). Veja-se que se não fossem estas duas rubricas (que não se irão repetir), praticamente não serviria de nada o esforço em impostos, taxas e custos dos serviços que penalizaram em 2013 os Mirandeses. -----

2 - Situação Financeira e Patrimonial. -----

A dívida a terceiros, comparada com a do ano 2012 reduziu. A nossa expectativa era de que a dívida tivesse sido reduzida de forma mais significativa e para isso bastaria seguir as recomendações sistemáticas do ROC (Valorização de trabalho para a própria empresa - Ver pág. 32 do relatório Externo 2013 do ROC - e menos alcatrão em campanha eleitoral. Contudo, é preciso saber donde se investe e naturalmente que o investimento não é em espaços de lazer mas em atividades que com inteligência têm de ser selecionados e impliquem a dinâmica de desenvolvimento, a atividade económica do concelho que sistematicamente tem vindo a decrescer e não se vê que se esteja a inverter a situação). -----

Isto está muito ligado ao futuro do nosso Concelho. A criação de posto de trabalho, a notoriedade e seriedade do Município a sua credibilidade, a

fixação de jovens e o problema da natalidade. Que está a fazer quanto a isto Sr. Presidente? Este Município como bem está expresso nas contas de 2013 e já em 2012 só se preocupa em fazer despesa corrente e passar o problema da dívida para as gerações futuras. -----

Persiste ainda o incumprimento da Lei dos compromissos. -----

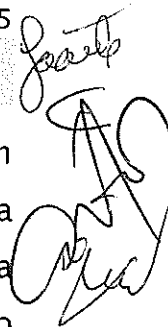
Ambas são assinaladas pelo ROC e embora desta vez 2013 estejam associadas a uma redação ligeira que contrasta com a frase do relatório de 2012 (Onde se dizia expressamente na pagina 27: “.. *Da análise documental efetuada às diversas rubricas de “fornecimentos e serviços externos”, chamamos atenção para o facto de terem sido compromisso que ultrapassavam os fundos disponíveis conforme preconizado na alínea f) do art.º 3º da Lei 8/2002 de 21/2, pelo que não se verifica o cumprimento do definido no nº1 do artº 5º da mesma Lei* “. Esta foi uma reserva (a 7.6) aplicada nas contas de 2012 pelo ROC na Certificação Legal de Contas: “ *Não nos foi possível apurar o montante de despesas efetuada sem a existência de fundos disponíveis o que nos limita quanto à emissão da nossa opinião sobre a conformidade da assunção de compromissos*”. -----

Em 2013 o mesmo Revisor diz na pág. 14 do Relatório Anual da Auditoria Externa: -----

“Chamamos a atenção para o facto de o Município nos meses de Fevereiro, Março, Abril, Maio e Agosto ter assumido compromissos para os quais não dispunha de fundos disponíveis, não cumprindo com o disposto na alínea f) do artº 3º da Lei 8/2012 de 21 de Fevereiro “. No entanto o mesmo Revisor na certificação Legal de Contas 2013 diz em ênfases 10.2 (Não em Reservas) que: “*Não obstante ter havido despesas cabimentadas sem a existência de fundos disponíveis, à data de 31.12.2013 a despesa cabimentada encontrava-se totalmente coberta por fundos disponíveis e, conseqüentemente, em harmonia com o disposto na Lei nº, 8/2012*”. -----

Aqui o que podemos dizer é que o revisor se contradiz a si mesmo, o Revisor deve corrigir o que mencionou no Relatório de Auditoria Externa. -----

Ultrapassagem dos limites de Endividamento (Pág.13 do relatório de auditoria Externa). -----



Registado pelo ROC sabe-se que os limites de endividamento de MLP em 2013 foram ultrapassados (406.268,00 Euros). Não se conhece nenhuma reação da entidade supervisora no entanto nada obsta que o tema não seja abordado e se interprete a situação num outro sentido que penalize o Município e os seus Municípes. -----

Divida à Associação de Municípios do Douro Superior: 85.520,83 Euros (Pág. 16 do Relatório de Auditoria Externa). -----

O município ao sair de membro extingue-se a divida Sr. Presidente? E se não extinguiu, porque que não fez provisão deste valor? Será que a Associação não quer cobrar este valor? Há algum parecer Jurídico em que diga que não é obrigatório o pagamento da divida? -----

Provisões. -----

Espero que o Relatório do Presidente e o Relatório de Auditoria externa considerem a verba de provisões, conta 67, pelo mesmo valor dado que o relatório do Presidente diz 81.589,65 Euros (Pág.11) e o da ROC (Pág. 27) menciona 76.863,84 Euros e relaciona-a com uma injunção (O relatório do ROC na Pág. 18 refere que os 76.863,84 Euros se referiam a uma injunção enquanto na pág. 27 ao analisar a conta 673, refere tratar-se de depreciação de existência). Apesar de considerarmos que se trata de um valor significativo para depreciação de existência solicitamos os devidos esclarecimentos sobre esta incongruência. -----

3- Persistem incorreções no tratamento de Inventários/Existências. -----

O ROC fez recomendações sistemáticas e a situação mantem-se. Uma verdadeira política de controlo e gestão de recursos implicaria a adoção imediata de medidas que estivessem em conformidade com a recomendação. ---

Não existe manual de inventários; relativamente aos materiais (cimento, tijolos, etc.), vão diretamente para as obras sem haver controlo; quantidades elevadas de artigos mas com reduzida rotação de stocks e existência de artigos que não constam da aplicação de gestão de existências. Isto é bem a evidência da falta de cultura, de controlo e despesismo que deriva da situação (Ver pág. 19 do relatório do Auditor). -----

Continuando no relatório do ROC. -----

Na pág. 21 do relatório do Revisor há um erro no quadro. Menciona-se a data de 2011 e 2012 quando seria bem, em princípio, 2012 e 2013. -----

Na pág. 24 no relatório do Auditor parte de Fornecimentos e Serviços Terceiros conta 62 há duas situações cuja origem e contabilização não se conhece (Divida a à Sociedade de Advogados Lopes Cardos & Associados) e esta incorreta (conforme parecer do Auditor porque a verba de 102.312,24 euros deveria de facto ter ido resultados transitados na conta 59 e não custos do exercício na sua totalidade conforme Relatório de gestão do presidente). Pedimos esclarecimentos. -----

Por outro lado há uma rubrica de Aquisição de Serviços registou um aumento de 57.915,71 Euros e parece que o Senhor Diretor Financeiro atribui a um aumento de consumo e do preço da eletricidade (Conta 62237). Se for aumento do consumo e do preço da eletricidade há erro de classificação contabilística porque neste caso deveria estar na conta 62211 e não na conta 62237. Pedimos esclarecimentos. -----

Impostos e Taxas – pág. 31 do Relatório do Auditor Externo. -----

O município por via dos impostos aumentou a tributação sobre os Mirandeses, ou seja cobrou mais 200 Mil Euros. -----

Uma pequena reflexão leva-nos a concluir que só metade dos juros de mora pagos a mais a fornecedores por atrasos no pagamento (+/- 100 Mil Euros) absorveram metade dos impostos que os munícipes do Concelho pagaram a mais de impostos (+/- 200 Mil euros). É assim que o nosso Município anda a gastar o nosso esforço e dinheiro.-----

Transferências e Subsídios Correntes Obtidos - Conta 74 (Pág. 31 do relatório do Auditor Externo). -----

Apesar do esforço de contenção que o país está sujeito e o seu povo (desempregados, reformados, funcionários públicos ...) este Município teve acesso a dinheiro barato para resolver os seus problemas e sofreu um acréscimo de transferências do Estado de cerca 114 mil Euros. -----

Sr. Presidente o que tem a dizer sobre tudo isto. -----

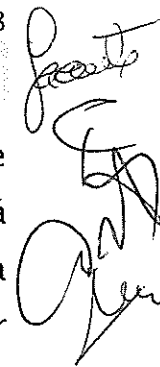
É importante que o ROC venha a esta Assembleia para explicar o fecho das contas. -----

O Sr. Presidente disse na reunião anterior que o mesmo viria se necessário". -----

Alfredo Cameirão: O que vou dizer são apenas alguns aspetos importantes destas contas de 2013. Antes de mais, uma execução orçamental de cerca dos 90%, eu ando por aqui há quase 20 anos, e não estou habituado a números deste quilate, portanto o executivo está de parabéns por isso. Em segundo lugar também me parece importante referir que foi diminuída a dívida da Câmara Municipal, em cerca de um milhão de euros. Isso parece-me importante, porque para além de ser uma tendência deste executivo, é essencialmente uma mudança de paradigma daquilo a que estamos habituados a ver nas Câmaras Municipais. Com certeza a dívida, não seria só da responsabilidade do executivo que lidera agora a Câmara. Apesar de serem acusados, de terem conseguido arranjar dinheiro barato, não me parece um pecado. Aliás, a adesão ao programa PAEL, julgo que terá sido voluntária, foi uma oportunidade aproveitada. Embora a poupança em si, não seja uma coisa boa, porque poupadinho era o Salazar e vimos o resultado que deu, este equilíbrio entre a poupança e a racionalização é que me parece importante na gestão da Câmara Municipal. -----

António Carção: Depois do que ouvi ao Sr. Presidente da Câmara e ao deputado Alfredo Cameirão, ou eles são uns expertos e nós somos uns otários, porque não se compreende o que dizem. Estes resultados devem-se ao PAEL. 88% não é uma vitória, é uma obrigação, se não o Sr. Presidente da Câmara pode perder o mandato e para o ano ainda vai ser mais rigoroso, isto são imposições, não vamos fazer disto uma vitória. Na verdade, reduziu a dívida, mas é obrigado, porque o próprio programa do PAEL, estamos a pagar a 30 dias, nós não podemos ultrapassar os 90 dias. O Tribunal de Contas analisa, e já não passa por nós. Há aqui alguns pontos que também importam, como o aumento do IMI, foi o governo que o aumentou, mas foi a Câmara que beneficiou, houve transferências da EDP extraordinárias. Não houve transferências de capital para as Juntas de Freguesia, salvo raras exceções,

claro, assim é fácil poupar e é fácil diminuir a dívida, é obrigado a fazê-lo e ficava-lhe bem dizê-lo. Estou a falar das contas de 2012 para 2013. Agora há outra realidade, as contas de 2013 para 2014 vai ser ainda maior, ou seja, a despesa corrente é muito superior à despesa de capital, continuamos a gastar muito em folclore e pouco em obras, e isto foi num ano eleitoral, porque para o próximo, esta diferença vai ser muito maior. -----



Carlos Ferreira (Falando em mirandês): Nestas coisas como em tudo, há sempre dois aspetos fundamentais, um é a forma e o outro é o fundo. A forma chama-se POCAL, que estabelece regras específicas. Na forma também podemos mencionar o PAEL, porque vai condicionar um conjunto de aspetos políticos. Mas eu insisto na questão que falou o deputado Cameirão, a política. Eu sempre me dei bem com a política e sempre encarei a política de forma nobre. A adesão ao PAEL foi um ato voluntário, a Câmara de Mirandela não aderiu ao PAEL, a Câmara de Macedo não aderiu ao PAEL, são hoje talvez as Câmaras com mais problemas no Distrito. A nossa Câmara tomou uma decisão política, aderiu ao PAEL e está a concretizar segundo as normas com que se comprometeu. Isto quer dizer que são pessoas de boa-fé, pessoas de confiança. Fazem aquilo que se comprometeram, isso para mim é extremamente relevante. O outro aspeto, o fundo, houve 85% de execução. Disseram muitas vezes que era impossível alcançar execuções desta natureza perante o POCAL, isso foi desmentido agora. O PAEL é um problema, se calhar não é um problema! Esta Câmara aderiu ao PAEL e está a trabalhar bem. Em contas não há que complicar muito, o principal é a confiança que se dá aos credores, aos financiadores e aos fornecedores. Por isso Sr. Presidente, só deixo aqui uma questão. Se eu tivesse um comércio e vendesse à Câmara, recebia em 30 dias. É verdade? Portanto estas são os aspetos de fundo. A confiança que a Câmara está a dar. Há aspetos bons e aspetos maus no PAEL. Já foi dito nesta Assembleia, que esta forma de governar já devia ter sido feita há 20 anos, mas mais vale tarde que nunca. -----

Orlando Vaqueiro: Pegando na última frase do deputado Carlos Ferreira, já foi dito e por mim reafirmado, que o PAEL já devia ter existido há 20 anos. Só

quero deixar três apontamentos. A Câmara de Miranda aderiu ao PAEL por livre vontade, porque tinha condições financeiras para poder aderir. Eu e 90% destes deputados, manifestamo-nos a favor, o Sr. Deputado Carção manifestou-se contra. A Câmara Municipal, no âmbito das obrigações que ficou adstrita, está a cumprir. Eu pergunto, as outras Câmara que não aderiram ao PAEL, não têm obrigação moral de cumprir? O Sr. Deputado Carção fez parte de três executivos, onde moralmente não cumpriu, não se preocupou em reduzir a dívida. O senhor nestes 16 anos, a única expressão que utilizou foi esta – a dívida não é nossa, a dívida vem dos anteriores executivos socialistas. Esta Câmara assumiu a dívida dela própria e assumiu a dívida que V.Exa. e os seus colegas deixaram. Concluindo, há unanimidade nesta Assembleia, em como há redução real da dívida e não meramente contabilística. O seu executivo fez varias reduções da dívida meramente contabilísticas, nunca reais. Sr. Deputado Carção, critica o executivo por estar a diminuir uma dívida real? E depois o PAEL é um instrumento financeiro exatamente igual aos empréstimos. São instrumentos financeiros de auxílio e potencialidades económicas. Não são mais nem menos do que isto. Sinto-me à vontade para lhe dizer o que acabei de dizer pelo seguinte, porque já hoje foi batido muito no atual governo, já em anteriores sessões se bateu no atual governo e eu sempre me manifestei a favor desta iniciativa do governo, honra lhe seja feita a este governo que lançou e pôs à disposição das Câmaras o PAEL. -----

Colocado a votação o Relatório e Contas de 2013 da Câmara Municipal de Miranda do Douro, foi aprovado por maioria e em minuta, com os três votos contra dos deputados Ivete Martins, António Carção e André Pires e quatro abstenções, dos deputados Sérgio João, Alberto Fernandes, Mário Torrão e Hermínia Fernandes. -----

13. RELATÓRIO E CONTAS DE 2013 DA MIRANDA CULTURAL E RURAL, E.M; -----

Relativamente a este assunto, foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**: O prejuízo nas contas da Miranda Cultural e Rural tem a ver

fundamentalmente com dois ou três aspetos, com a diminuição do volume de vendas, principalmente pela crise instalada também aqui, outro fator importante foi a abertura da grande superfície comercial - Pingo Doce, que permitiu concorrência com os produtores locais e outro aspeto, foi o investimento no edifício do Matadouro, nomeadamente nas caldeiras. É um edifício antigo e obriga a muitos investimentos. -----



André Pires: Desde já felicito a Cooperativa Agrícola Mirandesa pelo aumento do abate em tonelagem. É de salientar que apesar do prejuízo apresentado, verificou-se uma diminuição de pessoal. Isso obviamente trás à empresa uma diminuição de recursos, coloca em causa a estratégia da atividade económica, a capacidade de produção pois é afeta aos recursos, ou seja, se houver menos pessoal a trabalhar, provavelmente essa instituição produzirá menos. A procura está aí, e há novos mercados locais. Provavelmente deve ir-se por aí. Apenas referir que é de lamentar que se tenha diminuído o pessoal para fazer face a esta época. -----

A **deputada Ivete Martins** entregou o seguinte documento à Mesa: -----

“Depois da vaidade que o Executivo teve na campanha eleitoral relativa às contas positivas de 2012, o regresso aos resultados negativos em 2013. De salientar que o capital próprio é cerca de - 15 Mil euros sendo que o capital social é cerca de 25 Mil euros, pelo que mais de metade do capital social já está consumido. -----

É tempo de encarar um investimento estratégico e emblemático do Concelho de Miranda do Douro. A nomeação de um Administrador, sem curriculum e competência comprovada e meios para o efeito, é um erro e estamos perante uma situação que pode fazer perigar os 14 postos de trabalhos existentes. Não é pela via da alteração dos Estatutos que se resolve este problema. -----

Os administradores estão a pactuar com uma irregularidade fiscal em Sede de IVA, o próprio ROC na pág. 10 do Relatório menciona essa infração

tributária. Esta situação não pode continuar, deverá ser regularizada de imediato. -----

Por outro lado não pode, como o ROC regista, continuar aquela empresa a beneficiar de infraestruturas do Município de forma totalmente gratuita. Esta situação tem de ser devidamente ponderada e numa eventual transferência de bens immobilizados terão de proceder a uma avaliação idóneo e devidamente comprovada desses ativos para além de que têm de refazer as contas e proceder a acertos de anos transatos ou dar conformidade legal ao facto. -----

Como tivemos oportunidade de denunciar durante a Campanha eleitoral, os resultados positivos de 2012 eram fictícios, assim como é fictícia a estratégia de aumento de capital. O aumento de capital serve para resolver o problema atual, mas o que está mal é a exploração. É um erro continuar a funcionar desta forma. -----

O Sr. Presidente diz que estão a fazer protocolos para aumentar a produção do Matadouro, afirmo que as empresas que por ventura venham a fazer protocolo, não quererão ver a sua imagem associada a uma empresa que desrespeite as regras ambientais e em que os seus dejetos sejam lançados ao Rio Fresno a céu aberto”. -----

Gonçalo Santos: Fiquei satisfeito em ouvir que as contas se estão a consolidar. Quero acrescentar o seguinte, lamento que me tenham negado 30 segundos para falar, quando se comemora a liberdade, a quem lutou a vida inteira pela autodeterminação.-----

Orlando Vaqueiro: Já hoje muito aqui se falou sobre a crise do estado social, A Miranda Cultural e Rural, é uma espécie de estado social, para a Câmara Municipal e devemos estar muito pouco preocupados com enquanto ela mantenha a dívida que mantém. Tomara eu que a minha dívida pessoal só fosse essa. A dívida que falamos nem é estrutural nem é conjuntural. É uma dívida eventual, e perfeitamente controlada. Não sei se isto existe em classificações económicas. A empresa Miranda Cultural e Rural devemos avaliá-la pelo seguinte, pelo menos ainda temos um Matadouro em Miranda. Tendo

divida, se aplicarmos a política do governo, extinguíamo-la e depois teríamos de ir abater as reses a outro local. Por isso mantenha-se a divida para manter o Matadouro. Isto é que é essencial. Presta um serviço social às populações. E depois a divida não provem só do Matadouro, a divida provem de outras atividades que a Miranda Cultural e Rural desenvolve. A divida não deve preocupar muito. Seria ótimo e desejável que ela não existisse, mas é uma divida que deve merecer uma tolerância por parte desta Assembleia. Queria ainda acrescentar uma coisa, já fiz por três vezes uma proposta, vou repeti-la porque hoje fica gravada, proponho que a Câmara Municipal isente de taxas dois abates a cada produtor por ano, ou seja para consumo da própria carne. ---

Jacinto Afonso: Apesar das circunstâncias com a divida, embora residual, não posso deixar de me congratular com a atitude do executivo em relação à Miranda Cultural e Rural. Não posso deixar de o fazer, porque através da consolidação de contas temos hoje uma empresa completamente transparente e temos também uma empresa que está inteiramente solidária com os agricultores. Se queremos mover políticas de incentivo à agricultura, a empresa Miranda Cultural e Rural é um exemplo disso, é uma via excecional para o fazer. Este executivo acredita nisso, porque continua a apostar na construção de um Matadouro novo intermunicipal. Penso que é um bom caminho e a agricultura mirandesa e dos outros dois concelhos precisa dessa via. Independentemente de mais ou menos lucros, o nosso Município continua a defender essa vertente crucial e útil. A Miranda Cultural e Rural fez um esforço em termos de requalificação das suas infraestruturas que pesaram significativamente nos resultados que hoje vemos aqui. Penso que este relatório deve merecer o apoio unanime. Podia falar ainda aqui da história, mas a história não nos interessa para nada, isso sim quando ela vem pela positiva. Para estarmos a marcar pessoas, essas pessoas sabem perfeitamente o que andaram a fazer no passado, pesa-lhe provavelmente na consciência e eu deixaria apenas com isso. -----

O deputado António Carção, virou-se para o deputado Jacinto Afonso para responder. No entanto, foi impercebível o que disse, pois falou sem microfone. -----

Neste momento, eram 14.08h, quando os deputados António Carção, Ivete Martins e Norberto Ferreira, abandonaram a reunião. -----

A Vereadora Anabela Torrão respondeu a algumas questões colocadas: Relativamente aos investimentos efetuados foram para assegurar a segurança dos funcionários, porque havia equipamentos como as caldeiras que nunca tinham sido reparadas, e não só, também para assegurar a qualidade do produto para o consumidor. Este investimento também foi feito no sentido de conseguirmos protocolos com varias entidades que estão em vias de decorrer, dentro em breve. Queria referir também que o Matadouro Municipal tem vistorias mensais por parte da Direção Regional de Veterinária e tudo está em conformidade. Informo ainda que nestes dois últimos anos a ASAE esteve, por denúncia, no nosso Matadouro, e posso dizer e alegrar-me que tudo estava em conformidade, com grande esforço dos funcionários, do Conselho de Administração. Em resposta ao deputado Orlando, de facto a sua proposta não foi esquecida e vai ser avaliada novamente por este Conselho de Administração e futuramente iremos ter isso em consideração. -----

Colocado a votação Relatório apresentado, foi o mesmo aprovado por maioria, e em minuta, com três votos contra dos deputados Mário Torrão, Sérgio João e Alberto Martins e duas abstenções dos deputados André Pires e Hermínia Fernandes. -----

14. CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2013 DO MUNICÍPIO DE MIRANDA DO DOURO E DA MIRANDA CULTURAL E RURAL, E.M.; -----

Relativamente a este assunto, não houve quaisquer inscrições para intervir, foi o mesmo colocado a votação tendo obtido os seguintes resultados:

Sessão de 25 de abril de 2014

Um voto contra do deputado António Torrão e quatro abstenções dos deputados, André Pires Sérgio João, Alberto Martins e Hermínia Fernandes.

Aprovado por maioria e em minuta. -----

15. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO E ADAPTAÇÃO DOS ESTATUTOS DA EMPRESA MUNICIPAL MIRANDA CULTURAL E RURAL, E.M.; -----

Relativamente a este ponto, foi dada a palavra ao Sr. **Presidente da Câmara**: Nós estamos a adaptar, como todas as empresas municipais, os Estatutos existentes à nova lei e que vai ser transformada numa S.A., por isso, decorre da lei. Esta alteração estatutária foi feita fundamentalmente por vários Conservadores, nomeadamente a de Bragança, que também estudou o assunto, também a Conservadora de Miranda, trabalharam para que esta alteração seja legal, porque havia algumas duvidas na interpretação da lei. É isso que vem aqui para aprovação. -----

José Almendra: Eu concordo com esta alteração estatutária, porque inclusive, para poder funcionar devidamente, tinha que ser feita e o aumento de capital também, porque se quiserem fazer mais tarde uma parceria, o Matadouro teria que ter um capital social suficiente para se poder responsabilizar em termos económicos. E, tem outras obrigações, não poderia fazer acordos como poderá fazer depois da alteração dos estatutos. Como jurista posso pedir às pessoas que aprovelem esta alteração nestes termos. Agora queria colocar uma questão, se a empresa é também cultural, penso que devia ter uma maior intervenção no aspeto cultural, porque por aquilo que me tenho apercebido, já está criada uma associação da língua mirandesa e que vai ficar com a cultura do concelho, pergunto eu, tem a ver uma coisa com a outra?

Colocada a votação a proposta de alteração e adaptação dos estatutos da empresa municipal Miranda Cultural e Rural, E.M., foi aprovada por maioria e em minuta, com três abstenções, dos deputados André Pires, Alberto Martins e Mário Torrão. -----

16. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA RESPETIVA SITUAÇÃO FINANCEIRA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º, E N.º 4, DO ARTIGO 35.º, AMBOS DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; -----

Foi presente a informação escrita do Presidente da Câmara, enviada a todos os membros com a convocatória da sessão. -----

Inscreveu-se apenas o **deputado Mário Torrão** para intervir neste ponto, entregando o seguinte documento à Mesa: “Sr. Presidente da Câmara: Apraz-me agora registar o facto de V.Exa., ter finalmente resolvido dar cumprimento à lei que, nas duas sessões anteriores aqui evoquei. Refiro-me efetivamente ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, que embora já em vigor desde 13 de setembro do ano passado, vinha sendo ignorado. -----

Invoquei-a, realmente convicto da importância da obrigatoriedade do seu cumprimento por parte de V.Exa.. Não por qualquer motivo mais ou menos fútil. Muito menos para simplesmente esgrimir uma vã, ou infundada questão depreciativa sobre si. Não é meu timbre pronunciar-se ou movimentar-me quando não reconheço importância suficiente aos assuntos originários. Também não o faço no intuito de atizar quaisquer ataques a nível pessoal. Nada portanto me move contra si enquanto pessoa. -----

Mas, o mesmo não acontece quando na qualidade de Presidente da Câmara, cuja atividade, como deputado nesta Assembleia, tenho o dever de acompanhar, apreciar e fiscalizar, nos termos da lei. Foi isso que fiz até agora! É isso que pretendo fazer enquanto me mantiver nesta função! Pretendo assim continuar a denunciar todas as situações de ilegalidade ou incorreção que venha a detetar. -----

E..., falando em incorreção, recordo com nostalgia e até com alguma mágoa, a afirmação que V.Exa. proferiu, quando em resposta à minha intervenção, no dia 14 de fevereiro nesta assembleia, na qual referiu expressamente – não ter sido eu quem escreveu o texto que li. E, a verdade é que o conseguiu! Embora proferindo intencionalmente numa afirmação

injuriosa, repito injuriosa, conseguiu o que pretendia Sr. Presidente. Humilhou-me! Quanto a quem efetivamente escreveu o texto que então li, este, ou outros que já trouxe, posso afirmar-lhe que fui eu! Fui sempre eu próprio, Sr. Presidente! -----

Não é que este facto seja substancialmente relevante face ao fim a que os textos esse destinam, mas apenas para o esclarecer a si, e a todos os que eventualmente pensem o contrário. Aceito plenamente que duvide sobre a dita autoria. Isso revela bem o seu desconhecimento acerca de mim. Quero dizer, da minha pessoa. Mas, o facto de duvidar, não lhe permite, civicamente, afirmá-lo da forma como o fez! Cabendo, como é sabido, o ônus da prova, a quem profere a afirmação, convido-o então a apresentá-la, face ao que referiu sobre o texto que então li! Ou então, retratar-se, ante essa assembleia. -----

Quando trago os textos escritos, é apenas para, de uma forma mais pensada; na serenidade do isolamento; organizar ideológica e sequencialmente os pontos considerados de maior interesse, evitando assim esquece-los durante as intervenções, e ainda, permitir uma mais fácil compreensão da parte da audiência! É só por isso que o faço! -----

Habituei-me a proceder desta forma ao longo da minha vida profissional e, não pretendo agora quebrar o costume que, reconheço, permite uma maior clarividência, objetividade e acerto sequencial. Estou certo, não ser este procedimento ilegal, nem irregular! -----

Quanto à informação constante do ponto em debate e, como referi no início da intervenção, julgo não enfermar agora que qualquer das ilegalidades que referi. Nada tenho vislumbrado que obste à sua aceitação. Congratulo-me assim, realmente, com este facto. -----

Finalmente e, por ter arrepiado caminho, cumprindo o que lhe foi por mim e pela Lei exigido, felicito-o também a si Sr. Presidente. Mais vale tarde do que nunca! Muito obrigado Sra. Presidente". -----

Presidente da Câmara: Um as palavras apenas, por um lado de agradecimento ao deputado Mário Torrão, pelas palavras que proferiu, e aqui um pedido de desculpas formal e também em meu nome pessoal pelas

declarações proferidas. Não era minha intenção humilha-lo, longe disso. Tomei bem nota daquilo que me disse e faço meia culpa aqui e desculpando-me claramente perante a Assembleia pelas palavras proferidas. -----

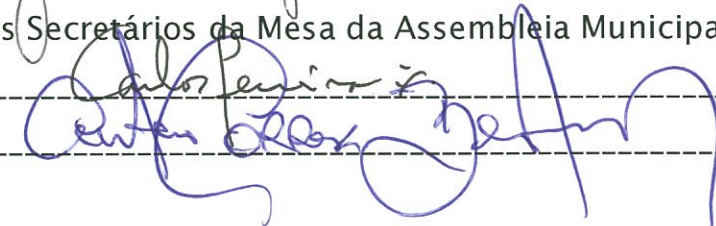
A Assembleia tomou conhecimento. -----

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, agradeceu a presença e as palavras dos intervenientes. De imediato deu por concluída a sessão, eram 14.30 horas, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada nos termos da Lei. -----

O Presidente da Assembleia Municipal:



Os Secretários da Mesa da Assembleia Municipal:



O Secretário da Sessão:

